



E-book

CNU 2024

BLOCO 4

PROVA COMENTADA

SUMÁRIO

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR - MANHÃ	3
CONHECIMENTOS GERAIS	3
QUESTÃO DISSERTATIVA	25
BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR - TARDE	27
EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA	27
EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS	38
EIXO TEMÁTICO 3 - SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA APLICADAS AO TRABALHO	53
EIXO TEMÁTICO 4 - SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA	69
EIXO TEMÁTICO 5 - DIREITO DO TRABALHO	82

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR - MANHÃ

CONHECIMENTOS GERAIS

1. A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a):

- A) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.
- B) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.
- C) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.
- D) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.
- E) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.

Comentários:

- A. Incorreta. Conforme entendimento do STF na ADPF 336, o trabalho do preso é remunerado com o valor de 3/4 do salário-mínimo, no mínimo, não sendo observado o mesmo patamar do salário-mínimo comum.
- B. Incorreta. Conforme entendimento do STF, na Súmula Vinculante nº 37, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- C. Incorreta. Os recursos devem ser distribuídos igualmente, sem distinção de gênero, conforme a Resolução do TSE nº 23.605/2019.

D. Incorreta. As uniões homoafetivas possuem os mesmos direitos das uniões heteroafetivas, não havendo distinções entre ambas, conforme ADPF 132.

E. Correta. Segundo o STF, na ADPF 334, a distinção dos presos por diploma de nível superior é medida discriminatória, promove a categorização de presos e fortalece desigualdades. Assim, não é mais aplicada.

Gabarito: Letra E

2. A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.

Dessa forma, reconhece-se que

- A) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- B) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- C) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.
- D) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.
- E) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.

Comentários:

A. Correta. Segundo entendimento do STF proferido no RE nº 684612, a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais em caso de ausência ou deficiência grave do serviço não viola o princípio da separação dos poderes. Segundo o STF, a decisão judicial deve determinar medidas pontuais, apontando os objetivos a serem alcançados pela Administração Pública.

B. Incorreta. O princípio da separação dos poderes não é absoluto, podendo ser restringido em alguns casos.

C. Incorreta. Conforme entendimento do STF, no AgInt no Recurso Especial nº 1.304.269 – MG, ante a demora do Poder competente, o Poder Judiciário poderá determinar, em caráter excepcional, a implementação de políticas públicas de interesse social. Nesses casos, não há que falar em violação da separação de poderes.

D. Incorreta. O STF entende, no RE nº 1297884, que é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis, tendo em vista o princípio da separação de poderes.

E. Incorreta. Conforme entendimento do STF, proferido no ACO nº 3479, há possibilidade de as CPIs estaduais requererem a quebra de sigilo bancário.

Gabarito: Letra A

3. No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período. O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

- A) popular
- B) unificador
- C) ideológico
- D) de garantias
- E) de coalizão

Comentários:

E Correta. A atual Constituição brasileira definiu o presidencialismo como sistema de governo. O sistema presidencialista de governo adotado pelo Brasil é denominado por parte da doutrina de "presidencialismo de coalizão", cujo ponto de relevo está na relação entre Executivo e Legislativo, uma vez que as coalizões partidárias, as escolhas dos presidentes da Câmara e do Senado e as competências atribuídas ao Presidente da República no processo legislativo ditam o trabalho dos Poderes.

Assim, incorretas as demais alternativas, pois não fazem parte da definição do presidencialismo no Brasil.

Gabarito: Letra E

4. Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

- A) limites para suplementações orçamentárias no exercício
- B) diretrizes para criação de programas de duração continuada
- C) critérios e programas para redução das desigualdades regionais
- D) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais
- E) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Comentários:

O texto fornecido faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que define prioridades, como a construção de creches, segurança hídrica, uso de energias renováveis, e programas de geração de emprego e renda, além de investimentos plurianuais. A questão, primeiramente, exige que o candidato identifique qual instrumento de planejamento ao qual o trecho se refere. Perceba que o texto já inicia com “Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca”, o que nos leva a perceber que se trata de um instrumento que estabelece prioridades para o Orçamento de 2023, logo, estamos diante de uma passagem da LDO. Devemos, então, buscar um item que, além de dispor sobre o que já consta no texto, elenque outra atribuição da LDO.

O gabarito é o item E, pois consta de maneira expressa no art. 4º da LRF, vejamos:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

*I - **disporá** também sobre:*

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

Essa função é crucial para garantir que as prioridades estabelecidas, como aquelas mencionadas no texto (creches, segurança hídrica etc.), sejam efetivamente alcançadas e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Gabarito: Letra E

5. Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que “a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL”.

Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

- A) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.
- B) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.
- C) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.
- D) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.
- E) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.

Comentários:

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para as despesas com pessoal, sendo que o limite para o Poder Executivo Federal é de 40,9% da Receita Corrente Líquida (RCL). A LRF estabelece limites para as despesas com pessoal, sendo que o limite para o Poder Executivo Federal é de 40,9% da RCL. Se em 2021 já estava bem aquém do limite prudencial, em 2022, deixou uma folga fiscal ainda maior em relação ao ano anterior.

Segundo o art. 20 da LRF, os limites globais serão repartidos entre os poderes e o Ministério Público, não podendo exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida:

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL POR PODER E ENTES				
	$\Sigma = 50\%$	$\Sigma = 60\%$		
	UNIÃO	ESTADOS	ESTADOS COM TCM (BAHIA, PARÁ E GOIÁS)	MUNICÍPIOS
EXECUTIVO	40,9%	49%	48,6%	54%
LEGISLATIVO	2,5%	3%	3,4%	6%
JUDICIÁRIO	6%	6%	6%	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,6%	2%	2%	-

O percentual apurado de 18,9% em 2022 indica que há uma folga significativa em relação ao limite máximo permitido. Essa folga significa que o governo federal teve mais margem fiscal em 2022, o que pode ser utilizado para aumentar despesas, realizar novos investimentos, ou mesmo para criar um colchão de segurança fiscal.

Gabarito: Letra C

6. No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, “há muita terra para pouco índio”, geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um “entrave ao desenvolvimento”. A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um “empecilho” ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. Revista de Estudios Brasileños. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que “há muita terra para pouco índio”

- A) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.
- B) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.

- C) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desafortunadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.
- D) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.
- E) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.

Comentários:

De acordo com o texto, a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está relacionada ao modelo de desenvolvimento adotado, modelo esse cristalizado particularmente entre as décadas de 1950 e 1970, que é o modelo do nacional-desenvolvimentismo. A adoção desse modelo ocasiona, em termos sociais, disputas pelos territórios indígenas, territórios esses que, idealmente, poderiam ser utilizados por grandes produtores rurais, os quais se dedicam à exportação de produtos primários. Os índios, nesse pensamento, são um empecilho ao desenvolvimento da atividade rural, a qual demanda grandes extensões de terra.

Assim, vejamos as alternativas.

A **alternativa A** é incorreta. Em momento algum o texto se refere à política indigenista.

A **alternativa B** é incorreta. O texto fornece uma visão crítica da ideia de que "há muita terra para pouco índio", justamente ao enfatizar que essa é uma ideia vinculada a uma certa noção de desenvolvimento.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. A alternativa ressalta que a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está vinculada a uma certa concepção de desenvolvimento, que está associada à produção rural em grandes latifúndios agrícolas, para os quais a percepção de que as terras indígenas não devem ser objeto de exploração econômica significa um empecilho ao progresso econômico.

A **alternativa D** é incorreta. O erro está na parte final, ao afirmar que o principal objetivo da concepção nacional-desenvolvimentista é a produção de riqueza e a sua distribuição equânime, justa e igualitária. Em nenhum momento o texto afirma que esse é o objetivo da concepção nacional-desenvolvimentista, tampouco pode ser adotado esse objetivo como premissa dessa concepção, a qual, ao contrário, constantemente promove a concentração de riquezas sob a propriedade das classes ricas.

A **alternativa E** é incorreta. Ao contrário, a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está atrelada a uma noção nacional-desenvolvimentista, não a um princípio conservacionista.

Gabarito: letra C

7. Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In. HOCHMAN, G. et al. (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.
- D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

Comentários:

As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).

De acordo com Howlett e Ramesh (1993), o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases:

- 1) Construção da agenda: é a primeira fase do ciclo de políticas públicas. Nessa fase, o que se busca é identificar os problemas públicos que podem ser solucionados por meio das políticas públicas.

- 2) **Formulação da política:** a etapa de formulação de políticas públicas envolve o estabelecimento de objetivos, bem como desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas (opções) consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.
- 3) **Tomada de decisão:** a tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos escolhem (dentre as alternativas disponíveis) aquela alternativa que eles entendem ser a melhor solução para o problema.
- 4) **Implementação:** a implementação é a etapa em que a política pública é “retirada do papel”. Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser executadas para que a política pública passe a “funcionar na prática”, conforme foi planejado e decidido.
- 5) **Avaliação:** na etapa de avaliação são analisados o “andamento” e os resultados das políticas públicas. Busca-se verificar o “nível de redução do problema público” (isto é, busca-se verificar se o status quo foi alterado de forma a reduzir ou eliminar o “problema público”). São avaliados os “benefícios” gerados pela política pública.

Dito isso, nota-se que o Texto 1 trouxe o conceito “geral” de políticas públicas, e o Texto 2 trouxe o conceito da fase de formulação da política.

Portanto, o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado “formulação de políticas”.

Gabarito: Letra C

8. Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano>. Acesso em: 26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

- A)** Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.
- B)** Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.

- C) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.
- D) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- E) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

Comentários:

A região Nordeste do Brasil concentra a maior parte dos parques eólicos do país, devido às condições favoráveis de vento na região, especialmente nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. A instalação desses parques tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, elevando indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao melhorar as condições de vida da população local nas dimensões de saúde, educação e renda.

Gabarito: Letra E

9. Considere o texto sobre discriminação social no Brasil. Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/saude/\[...\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]). Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

- A) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.
- B) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.
- C) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.
- D) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.
- E) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.

Comentários:

Etarismo é a concepção discriminatória contra pessoas de maior idade, segundo a qual pessoas mais idosas são incapazes de exercer tarefas sociais relevantes.

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê como crime a conduta de menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, de acordo com o art. 96, § 1º:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: Letra B

10. Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.

Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...]

Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

A) controle

- B) planejamento
- C) coordenação
- D) descentralização
- E) delegação de competência

Comentários:

O enunciado da questão já cita os princípios previstos no DL nº 200/1967, que são os princípios de planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Ademais, o art. 7º estabelece que:

*Art. 7º A ação governamental obedecerá a **planejamento** que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:*

- a) plano geral de governo;*
- b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;*
- c) orçamento-programa anual;*
- d) programação financeira de desembolso.*

Logo, a elaboração de plano geral de governo, programas, orçamento-programa anual e programação financeira de desembolso se relacionam com o princípio do **planejamento**.

Gabarito: Letra B

11. Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil. Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

- A) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.
- B) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.
- C) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.
- D) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.
- E) esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

Comentários:

A. Incorreta. A Lei Federal nº 8.080/1990 define a autoridade sanitária dos entes federativos. Ressalto que os municípios são soberanos em relação a sua autoridade sanitária.

B. Incorreta. O processo de definição de macrorregião de saúde é de responsabilidade dos Estados, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

C. Incorreta. As secretarias estaduais possuem autonomia administrativa em relação ao investimento de seus recursos financeiros, respeitando a legislação pertinente.

D. Incorreta. A Lei Federal nº 8.080/1990 define a autoridade sanitária dos entes federativos. Ressalto que os municípios são soberanos em relação a sua autoridade sanitária. As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

E. Correta. O processo de descentralização descrito no site referido diz que:

“A partir do conceito constitucional do comando único, cada esfera de governo é autônoma e soberana em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade. Neste sentido, a autoridade sanitária do SUS é exercida: na União, pelo ministro da saúde; nos estados, pelos secretários estaduais de saúde; e, nos municípios, pelos secretários municipais de saúde.”

Gabarito: Letra E

12. Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. Atribuições. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

- A) Senado Federal
- B) Ministério da Justiça
- C) Supremo Tribunal Federal
- D) Câmara dos Deputados
- E) Controladoria Geral da União

Comentários:

A. Incorreta. Os senadores são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário simples, em que será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos. São eleitos três senadores para cada estado e o Distrito Federal, nos termos art. 46, caput, e §1º, da CRFB/88.

B. Incorreta. O Ministério da Justiça pertence ao Poder Executivo da União.

C. Incorreta. O STF é a última instância do Poder Judiciário brasileiro.

D. Correta. O sistema eleitoral proporcional confere maior importância ao número de votos válidos do partido político. Esse sistema é usado nas eleições de deputado federal, deputado estadual e distrital e vereador. A Câmara dos Deputados é formada por 513 deputados. O número de eleitos em cada estado varia proporcionalmente à população, sendo no mínimo 8 e no máximo 70 deputados, conforme determinado pelo art. 45, caput, §1º da CRFB/88 e pela Lei Complementar nº 78.

E. Incorreta. A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela defesa do patrimônio público, transparência e combate à corrupção.

Gabarito: Letra D

13. O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

- A) representar um sistema de aprendizado repetitivo.
- B) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.
- C) poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.
- D) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.
- E) não agregar confiança ao sistema de justiça.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta. De acordo com a ideia expressa pela questão, a Inteligência Artificial (IA) deve ser utilizada para a promoção de melhorias, não como algo que fundamente a repetição (aprendizado repetitivo).

A **alternativa B** é incorreta. Não é possível afirmar que restringir a inteligência artificial a um papel secundário na elaboração de decisões judiciais condiz com a ideia apresentada pelo texto. Pelo contrário, o texto enfatiza as melhorias que a IA pode promover.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. De fato, uma melhoria evidente da IA é a de facilitar a busca de jurisprudência, o que condiz com a ideia do texto.

A **alternativa D** é incorreta. A IA, na medida em que promova melhorias, é compatível com a proteção dos direitos fundamentais.

A **alternativa E** é incorreta. A IA é uma ferramenta útil inclusive para a melhora do sistema de justiça, que eleva a confiança.

Gabarito: Letra C

14. No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

- A) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.
- B) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.
- C) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.
- D) proíbe informações custodiadas por entidade privada.
- E) assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

Comentários:

A **letra E** reproduz um dos objetivos da Lei de Acesso à Informação:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

(..)

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

Quanto às demais alternativas, a **letra A** está aparentemente incorreta. Comparando essa alternativa com a regra prevista no art. 7º, II, parte final, percebemos a inserção da palavra “especificamente”, o que não se amolda ao texto legal:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (..)

*II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, **recolhidos ou não a arquivos públicos**;*

A **letra B** está incorreta, tendo em vista que as informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitações:

A **letra C** está igualmente incorreta, porquanto as informações de interesse público devem ser prestadas independentemente de solicitações:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: (..)
*II - divulgação de informações de interesse público, **independentemente de solicitações**;*

Por fim, a **letra D** está equivocada, visto que o acesso à informação abrange a informação custodiada por entidade privada que possua vínculo com o poder público:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (..)
*III - **informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada** decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;*

Gabarito: Letra E

15. Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

- A) Desenvolvimento e Transparência
- B) Educação e Cultura nas Comunidades
- C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
- D) Segurança Pública e Acesso à Justiça
- E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade

Comentários:

Integra o Eixo Orientador I: interação democrática entre Estado e sociedade civil, a Diretriz 2, de fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e da interação democrática.

Assim, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: Letra C

16. O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.

Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

- A) compreensível a pessoas qualificadas
- B) técnica adequada a qualquer cidadão
- C) algorítmica sensível a qualquer cidadão
- D) clara e compreensível a qualquer cidadão
- E) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão

Comentários:

Questão que cobrou um dos princípios/diretrizes da Lei do Governo Digital:

*Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública: (..)
VII - o uso de **linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão**;*

Assim, percebe-se que a **letra D** está correta e as demais, claramente incorretas.

Gabarito: Letra D

17. A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.

Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

- A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.
- C) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.
- D) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.
- E) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.

Comentários:

Segundo a Constituição Federal:

*Art. 37 [...] III - o prazo de validade do concurso público será de **até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;***

Dessa forma, a letra A é o gabarito. Não há o que comentar nos demais itens, pois o prazo é definido na Constituição e independe de aprovação do Tribunal de Contas ou Judiciário.

Gabarito: Letra A

18. Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções NÃO terá o seguinte resultado:

- A) aumento das assimetrias de informações
- B) estabilização de preços
- C) fornecimento de bens públicos

- D) redução das desigualdades de distribuição de renda
- E) regulação da oferta de monopólios naturais

Comentários:

As funções básicas do governo em uma economia incluem a estabilização de preços, o fornecimento de bens públicos, a redução das desigualdades de distribuição de renda e a regulação da oferta de monopólios naturais. Essas funções visam corrigir as falhas de mercado e mitigar as ineficiências que podem surgir em uma economia de mercado.

- Estabilização de preços (B): o governo atua para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica por meio da função estabilizadora.
- Fornecimento de bens públicos (C): o governo fornece bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura, que o setor privado pode não ter incentivo para fornecer, dada a característica de não exclusividade desse bem.
- Redução das desigualdades de distribuição de renda (D): políticas de distribuição de renda são implementadas para reduzir as desigualdades por meio da função distributiva.
- Regulação da oferta de monopólios naturais (E): o governo regula monopólios naturais para evitar abusos de poder de mercado.

Por outro lado, aumentar as assimetrias de informações (A) é um resultado que o governo tenta evitar, pois as assimetrias de informações entre os agentes econômicos podem levar a decisões ineficientes e a falhas de mercado. Portanto, essa alternativa não se alinha com as funções básicas do governo, que buscam reduzir ineficiências e falhas de mercado.

Gabarito: Letra A

19. Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.

Essa ferramenta

- A) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.
- B) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- C) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.

- D) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.
- E) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.

Comentários:

O orçamento público é um instrumento essencial de planejamento e controle da gestão financeira do governo, estabelecendo as **previsões de receitas e fixando as despesas** para um determinado exercício financeiro. Veja o que a CF elenca:

Art. 165

*§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho **à previsão da receita e à fixação da despesa**, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.*

A receita é estimada porque depende de fatores econômicos que podem variar, enquanto a despesa é fixada para estabelecer um limite máximo de gasto.

Gabarito: Letra D

20. Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.
As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

- A) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.
- B) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- C) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- D) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.
- E) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

Comentários:

Primeiro, temos que nos atentar aos conceitos de **tempestividade** e **previsibilidade** orçamentária. A **tempestividade** refere-se ao **momento** em que os recursos financeiros estão prontos/disponíveis para o uso. O orçamento pode ser limitado se houver contingenciamentos, atrasos na liberação de recursos ou mesmo cortes de verbas ao longo do exercício. Isso pode afetar a capacidade de uma política pública ser implementada dentro dos prazos previstos. A **previsibilidade** (ou projeção orçamentária), em linhas gerais, é a possibilidade de se prever **quando** os recursos **estarão disponíveis** (bem como se prever os gastos orçamentários). Não podemos nos esquecer de que a previsibilidade pode ser alterada por fatores externos, como mudanças nas prioridades do governo, mudanças no cenário econômico ou restrições imprevistas, criando incertezas sobre a disponibilidade futura dos recursos, tornando difícil prever com exatidão os fluxos financeiros.

Agora, vamos às alternativas:

Alternativa A: incorreta. É incorreta porque afirma que as limitações orçamentárias podem afetar apenas a previsibilidade, mas não a tempestividade. Na verdade, as restrições financeiras podem afetar ambos os aspectos. A tempestividade é prejudicada diretamente se os recursos não forem liberados no momento certo devido a cortes ou contingenciamentos.

Alternativa B: incorreta. Embora seja verdade que as restrições orçamentárias podem afetar a tempestividade, é incorreto afirmar que elas nunca afetam a previsibilidade. O problema de previsibilidade que pode ser causado pelas limitações orçamentárias é a incerteza sobre quando e quantos recursos estarão disponíveis.

Alternativa C: correta. De fato, as restrições/limitações orçamentárias ao longo do exercício podem afetar a tempestividade (o momento em que os recursos são disponibilizados) e a previsibilidade (a capacidade de antecipar quando esses recursos serão disponibilizados).

Alternativa D: incorreta. A alternativa D está incorreta, porque ela não aborda os impactos que uma restrição orçamentária pode trazer. Na verdade, o que se espera é justamente o oposto da alternativa, pois as limitações/restrições orçamentárias podem afetar significativamente tanto a previsibilidade quanto a tempestividade.

Alternativa E: incorreta. Está incorreta, porque as restrições orçamentárias podem, sim, impactar as políticas públicas. Afinal, se os recursos não são disponibilizados de forma previsível e tempestiva, a execução das políticas públicas pode ser comprometida.

Gabarito: Letra C

QUESTÃO DISSERTATIVA

Considere o caso hipotético apresentado a seguir.

Uma gestante que desempenha uma atividade classificada como insalubre em grau médio requisitou seu afastamento das atividades funcionais.

No entanto, nesse contexto hipotético, apenas as atividades insalubres em grau máximo acarretariam afastamento da grávida de suas ocupações. As atividades insalubres em grau médio ou mínimo podem permitir que a gestante seja afastada, porém ela terá que apresentar um atestado de um médico de confiança que expressamente recomende seu afastamento do ambiente insalubre durante a gestação.

A mesma gestante indagou sobre o exercício do seu trabalho durante a lactação, tendo-lhe sido informado que, nesse caso, seria indispensável o atestado médico que recomendasse o distanciamento da atividade desempenhada.

Em qualquer hipótese, a gestante ou lactante continuaria a receber o adicional de insalubridade.

Nesse contexto, elabore um texto dissertativo contínuo de 35 a 40 linhas, em que, de modo fundamentado, desenvolva os seguintes aspectos:

- o que é uma atividade insalubre e o que a caracteriza;
- a argumentação consistente sobre se há proteção adequada à mulher gestante ou lactante, ao nascituro e ao recém-nascido nesse contexto hipotético;
- a empregabilidade das mulheres para o exercício de funções consideradas insalubres e seu impacto no mercado de trabalho, tendo em vista o especial tratamento recebido quando gestante ou lactante;
- a proteção da gestante e da lactante de forma adequada no ambiente de trabalho, considerando a Constituição Federal de 1988 bem como se a situação está de acordo com a proteção dos direitos sociais das trabalhadoras;
- a correlação entre a proteção à mulher gestante e lactante e a igualdade de todos perante a Constituição Federal de 1988.

Comentários:

Trata a situação hipotética sobre normas que envolvem gestante e lactante em ambientes insalubres. No caso, informa-se que apenas as atividades insalubres em grau máximo implicariam o afastamento da grávida de suas ocupações e que, enquanto lactante, seria indispensável o atestado médico que recomendasse o distanciamento da atividade insalubre desempenhada.

Inicialmente, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Ainda segundo a CLT, ao Ministério do Trabalho compete aprovar o quadro das atividades e operações insalubres e adotar normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.

No caso hipotético, não há a adequada proteção à mulher gestante ou lactante, ao nascituro e ao recém-nascido, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Entende a Suprema Corte que, sem prejuízo de sua remuneração, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres em qualquer grau, mesmo sem qualquer atestado de saúde emitido por médico de confiança da mulher que recomende o afastamento. Dessa forma, as informações transmitidas à mulher foram equivocadas.

Ademais, ainda conforme esse mesmo julgado, não procede o argumento que a vedação de trabalho insalubre para gestantes e lactantes poderia acarretar uma diminuição da participação da mulher no mercado de trabalho. De acordo com o Supremo, eventuais discriminações serão punidas nos termos da lei, e o próprio texto constitucional determina, de maneira impositiva, a proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei e do art. 7º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

Além disso, frise-se que a situação hipotética colide com a proteção social preconizada pela CF/1988. Com efeito, o art. 6º da CF/1988 proclama importantes direitos, entre eles a proteção à maternidade, a proteção do mercado de trabalho da mulher e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Nesse sentido, a possibilidade de trabalho insalubre para gestantes e lactantes viola o que dispõe o art. 6º da Carta Magna.

Por fim, há uma estreita ligação entre a proteção à mulher gestante e lactante e a igualdade de todos perante a Constituição Federal de 1988. Apesar de o tratamento diferenciado sugerir algum tipo de privilégio às gestantes e lactantes, trata-se da aplicação do princípio da igualdade material, o qual busca promover a justiça social ao considerar as diferenças reais entre os indivíduos. No contexto do direito do trabalho, a igualdade material justifica medidas específicas para proteger grupos vulneráveis, como gestantes e lactantes, assegurando que possam exercer seus direitos sem prejuízos decorrentes de sua condição particular.

Em síntese, o caso hipotético apresenta uma evidente discrepância entre as informações fornecidas à gestante e lactante e os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Elaboração: Prof. Marcio Damasceno

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR - TARDE

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA

1. Em pesquisa para avaliar os fatores de motivação para novos funcionários do setor público, a maioria dos entrevistados fez relatos semelhantes aos dois depoimentos reproduzidos a seguir.

“Estabilidade, a qualidade de vida e é claro o salário, simples assim”.

“Uma vida com mais qualidade de vida, mais estável, e segurança para família, fruto da estabilidade do meio público”.

Considerando-se a hierarquia de necessidades de Maslow, a análise desses depoimentos demonstra que, para a maioria dos entrevistados, o principal fator motivacional para entrar em uma organização pública seria satisfazer o grupo das necessidades

- A) fisiológicas
- B) sociais
- C) de autorrealização
- D) de estima
- E) de segurança

Comentários:

A) Errado. As necessidades fisiológicas são aquelas atreladas à nossa sobrevivência, como respiração, repouso, alimentação, hidratação e sexo.

B) Errado. Estão relacionadas às relações amorosas, familiares, conjugais, entre amigos, colegas de trabalho, etc.

C) Errado. Estão no topo da pirâmide, relacionadas à conquista de desejos pessoais, como liberdade, sabedoria, independência, superação, autocontrole, entre outros.

D) Errado. Estão relacionadas à aceitação, reconhecimento, respeito, prestígio, autoridade, etc.

E) Certo. Nesse grupo, encaixam-se a proteção física, a busca por abrigo, estabilidade, conforto, cuidados com a saúde, entre outros, ou seja, exatamente o que a maioria dos entrevistados relataram na questão – estabilidade, qualidade de vida e salário.

Gabarito: Letra E

2. Considere um líder de uma organização que opera num ambiente institucional de baixa incerteza e alta estabilidade, com relações de trabalho consistentes e uma cultura corporativa forte. Ao ser questionado sobre como influenciar seus funcionários com pouco tempo de empresa a desempenharem bem as suas funções, ele respondeu:

“Na minha área, é por confiança: confio no que eles fazem. Existe uma conexão emocional forte entre nós, uma compreensão mútua que se desenvolve até o ponto de uma parte agir em nome da outra. Não há necessidade de monitoramento porque existe uma lealdade inquestionável entre nós”.

Essa declaração ilustra um contexto no qual a liderança estabeleceu um tipo de confiança nas relações organizacionais baseada no(a)

- A) conhecimento
- B) identificação
- C) instituição
- D) intimidação
- E) cálculo racional

Comentários:

A) Errado. Robbins (2002) afirma que a confiança baseada no conhecimento se apoia na previsibilidade do comportamento e no histórico de interações e nas informações sobre a pessoa em quem se confia, dessa maneira é possível fazer previsões precisas acerca de seu comportamento, mesmo que esse não seja o esperado.

B) Certo. Segundo Robbins (2002), a confiança baseada na identificação se estabelece quando as partes se entendem quanto à intenção, vontades e desejos do outro. Nesse nível de interação, os controles são mínimos, pois não há necessidade de monitoramento das ações do outro, visto que a lealdade é inquestionável.

C) Errado. Relaciona-se ao nível macro de confiança relacionado à percepção do indivíduo junto à organização.

D) Errado. De acordo com Robbins (2002), a confiança no contexto intraorganizacional é baseada em três diferentes aspectos: conhecimento, intimidação e identificação. A confiança baseada na intimidação é a mais frágil, pois sustenta-se no medo de que a qualquer violação ou inconsistência haverá algum tipo de represália da pessoa em quem se confia.

E) Errado. Caracteriza-se por ser um tipo de confiança baseada na racionalidade. Lewicki e Bunker (apud Robbins, 2002) sugerem que o desenvolvimento da confiança se dá em três estágios: iniciando-se com uma forma mais racional de confiança, denominada “confiança baseada no cálculo”; movendo-se para uma confiança menos calculista chamada “confiança baseada no conhecimento” e, finalmente, desenvolve a “confiança baseada na identificação” na qual os valores se convergem e a confiança torna-se inerente ao relacionamento.

Referência:

1. **ROBBINS, S.** *Fundamentos do Comportamento Organizacional*. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2002.

Gabarito: Letra B

3. Um gerente está associado a um grupo de referência (grupo de pessoas que influencia significativamente o seu comportamento) cujos valores, atitudes e comportamentos ele desaprova ou rejeita. Considerando-se o tipo de influência e de associação desse grupo de referência, ele é classificado como grupo de

- A) negação
- B) aspiração
- C) afinidade
- D) prevenção
- E) conformidade

Comentários:

A) Certo. O grupo de negação refere-se ao conjunto de indivíduos que estão associados, mas cujos valores, atitudes e comportamentos o indivíduo desaprova ou rejeita. Esse indivíduo tende a buscar a distinção do grupo.

B) Errado. O grupo de aspiração é composto por indivíduos com os quais eles não têm contato direto, mas admiração e atração pelas normas, valores e comportamentos.

C) Errado. O grupo de afinidade compõe-se de pessoas conhecidas que influenciam diretamente um indivíduo. Trata-se de um grupo ao qual o indivíduo pertence, com o qual tem contato direto e frequente e, cujos valores, atitudes e padrões são aprovados por ele.

D) Errado. O grupo de prevenção refere-se ao conjunto de pessoas ao qual o indivíduo não está associado, e mesmo assim tenta se distanciar.

E) Errado. Esse grupo exerce uma influência normativa, relacionada à vontade de ser aceito e estar em conformidade com as expectativas, padrões e normas do grupo

Gabarito: Letra A

4. Com o objetivo de enriquecer o trabalho de um funcionário, um gerente buscou relacionar as experiências desse funcionário às dos clientes, compartilhando com ele e com seus colegas, em reuniões mensais, histórias de clientes que se beneficiaram dos produtos e serviços da organização, dando-lhes um lembrete poderoso do impacto de seu trabalho.

Essa ação desenvolvida pelo gerente está relacionada à seguinte dimensão essencial do trabalho:

- A) combinação de tarefas
- B) significância da atividade
- C) expansão vertical das tarefas
- D) compartilhamento de tarefas
- E) abertura de canais de feedback

Comentários:

A) Errado. A combinação ou variedade da tarefa retrata o quanto um emprego requer várias atividades na execução do trabalho, utilização de diferentes habilidades e talentos do trabalhador.

B) Certo. Segundo Chiavenato (2009), alguns autores identificaram cinco dimensões essenciais do trabalho: variedade, identidade, significância, autonomia e *feedback*. A significância retrata o quanto o resultado de um emprego impacta a vida ou o trabalho de outras pessoas, tanto na própria organização ou externamente a esta.

C) Errado. A expansão vertical das tarefas está relacionada à adição de novas responsabilidades de nível gradativamente mais elevado.

D) Errado. O compartilhamento de tarefas não corresponde a uma dimensão do modelo de desenho de cargos.

E) Errado. Retrata o grau com o qual a execução das atividades laborais proporcionam ao trabalhador a retroação de informações precisas e claras sobre o seu desempenho no trabalho.

Referência:

1. **CHIAVENATO, Idalberto.** *Recursos Humanos: o capital humano das organizações*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Gabarito: Letra B

5. Na gestão de projetos, é recomendável que haja um processo para identificar e analisar regularmente as partes interessadas do projeto, documentando informações relevantes sobre seus interesses, envolvimento, interdependências, influência e impacto potencial no sucesso do projeto.

As partes interessadas de um projeto

- A) incluem os membros da equipe do projeto, excetuando os profissionais de empresas terceirizadas ou fornecedores.
- B) são as pessoas ou grupos que fornecem recursos e suporte para o projeto, sendo responsabilizados pelo sucesso do mesmo.
- C) são as pessoas ou grupos que necessariamente estão envolvidos com aspectos financeiros do projeto.
- D) são as pessoas ou grupos que são afetados ou podem afetar o projeto apenas de forma positiva.
- E) podem ser um indivíduo, um grupo ou uma organização que possa afetar, ser afetado, ou sentir-se afetado por uma decisão, atividade ou resultado de um projeto, programa ou portfólio.

Comentários:

A) Errado. As partes interessadas podem incluir terceirizados ou fornecedores que possam influenciar o projeto.

B) Errado. As partes interessadas não incluem somente aqueles que fornecem recursos e suporte para o projeto.

C) Errado. As partes interessadas não incluem somente aqueles que estão envolvidos com aspectos financeiros do projeto.

D) Errado. As partes interessadas não incluem somente aqueles que apenas afetam o projeto de forma positiva.

E) Certo. Partes interessadas são pessoas ou organizações que estão envolvidas no projeto ou possuem algum interesse afetando positivamente ou negativamente a execução do projeto (Guia PMBOK, 7ª ed.).

Gabarito: Letra E

6. No gerenciamento de projetos, é necessário planejar as respostas aos riscos, o que envolve desenvolver alternativas, selecionar estratégias e acordar ações para lidar com a exposição geral aos riscos, além de tratar os riscos individuais do projeto.

Nesse contexto, a estratégia de aceitação do risco é relacionada à ação de

- A) realizar acordos para passar a responsabilidade e a propriedade de riscos especificados para um terceiro.
- B) desenvolver um protótipo para reduzir o risco de implementação de um processo ou produto a partir de um modelo de bancada.
- C) pagar um prêmio a algum terceiro que assuma a ameaça como no estabelecimento de um seguro ou bônus de desempenho.
- D) estabelecer uma reserva de contingência, incluindo valores para tempo, dinheiro ou recursos para cuidar da ameaça, caso esta ocorra.
- E) alterar algum aspecto do plano de gerenciamento do projeto para eliminar inteiramente a ameaça, reduzindo a sua probabilidade de ocorrência a zero.

Comentários:

A) Errado. Essa estratégia é relacionada à compartilhar ou transferir riscos.

B) Errado. Essa estratégia pode estar relacionada a atenuar ou mitigar riscos, que implica a redução da probabilidade e/ou impacto de um risco para limites aceitáveis, conduzindo mais testes ou até desenvolvendo protótipos.

C) Errado. Essa estratégia é relacionada a compartilhar ou transferir riscos.

D) Certo. A aceitação de riscos é uma estratégia de resposta ao risco segundo o qual a equipe do projeto decide reconhecê-lo, e não tomar qualquer medida a menos que o risco ocorra. Pode-se apenas documentar a estratégia, deixando a equipe do projeto para lidar com os riscos à medida que eles ocorrem e a rever periodicamente a ameaça para garantir que não se altere significativamente, ou estabelecer uma reserva para imprevistos, incluindo dinheiro, tempo ou recursos para lidar com os riscos (PMBOK Guide, 5th Edition, 2014). No Guia PMBOK, 6ª ed., há uma diferença sutil, mas importante no texto da abordagem aceitar risco: “A aceitação [do risco] pode ser ativa ou passiva. A estratégia de aceitação mais comum é estabelecer uma reserva de contingência [...] para cuidar da ameaça, caso ocorra”. (p. 443).

E) Errado. Essa é uma estratégia de evitar riscos que envolve a alteração do plano de gerenciamento do projeto para eliminar a ameaça completamente.

Gabarito: Letra D

7. Pode-se dizer que, desde 2011, as práticas de transparência da administração pública evoluíram “do que está divulgado” pelos órgãos e entidades para o “direito a acessar o que não está divulgado”. A Lei de Acesso à Informação abriu espaço para a transparência passiva, estabelecendo diretrizes que rompem com a cultura do sigilo e permitem identificar informações passíveis de acesso público.

Nesse contexto, considere os itens a seguir:

I - documentos e informações relacionados a candidatos aprovados em seleções para o provimento de cargos públicos.

II - informações referentes a valores de benefícios pagos e identificação de beneficiários de programas sociais.

III - informações relativas à instrução de processos administrativos disciplinares de servidores em fase conclusiva.

IV - registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos do Poder Executivo Federal.

Ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, bem como as normas de privacidade de dados pessoais, são passíveis de acesso público SOMENTE os itens:

- A) I e III
- B) I e IV
- C) II e III
- D) I, II e IV
- E) II, III e IV

Comentários:

A questão, essencialmente, cobrou os enunciados da CGU sobre a Lei de Acesso à Informação. É um assunto bem aprofundado, mas vimos, no CNU, uma mistura de questões simples demais e aprofundadas demais. Além disso, observe que o enunciado prevê o julgamento conforme a regra geral, uma vez que serão “Ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, bem como as normas de privacidade de dados pessoais”.

Vamos analisar cada tópico:

I – Certo:

Enunciado CGU nº 8/2023 - Provas e concursos públicos

A divulgação de documentos e informações relacionados a candidatos aprovados em seleções para o provimento de cargos públicos, inclusive provas orais, **são passíveis de acesso público**, visto que a transparência dos processos seletivos está diretamente relacionada à promoção dos controles administrativo e social da Administração Pública, ressalvadas as informações pessoais sensíveis.

Assim, em regra, as informações e documentos sobre candidatos aprovados em seleções para o provimento de cargos públicos são passíveis de acesso público.

II – Certo:

Enunciado CGU nº 10/2023 - Informações financeiras a respeito de programas e benefícios sociais

Informações referentes a valores de benefícios pagos e a identificação de beneficiários de programas sociais, mesmo que operados por instituições financeiras, são de acesso público, em razão do disposto no art. 29, § 2º, XII, da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, desde que respeitado a privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Tais dados não são protegidos pelo sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional ou industrial, de que trata o art. 6º, I, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Novamente, em regra, as informações referentes a valores de benefícios pagos e a identificação de beneficiários de programas sociais são de acesso público.

III – Errado:

Enunciado CGU nº 3/2023 - Procedimentos disciplinares de militares

Aplicam-se aos pedidos de acesso a processos administrativos disciplinares conduzidos no âmbito das Forças Armadas **as mesmas regras referentes aos servidores civis, cabendo restrição a terceiros somente até o seu julgamento** (art. 7º, §3º), sem prejuízo da proteção das informações pessoais (art. 31) ou legalmente sigilosas (art. 22), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Portanto, como a informação ainda está em fase de conclusão, haverá restrição de acesso. Nessa linha, o Regulamento da LAI dispõe que:

Art. 20. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Em outros termos, as informações produzidas no PAD em andamento serão divulgadas após o seu julgamento.

IV – Certo:

1. Enunciado CGU n. 1/2023 - Registros de entrada e saída de prédios públicos.

Os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos, inclusive no Palácio do Planalto, são passíveis de acesso público, exceto quando as agendas sobre as quais eles se refiram forem classificadas por se enquadrarem em hipótese legal de sigilo ou estiverem sob restrição temporária de acesso à informação, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei n. 12.527/11.

Logo, em regra, os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos **são passíveis de acesso público**.

Dessa forma, o gabarito é a opção D (V, V, F e V).

Gabarito: Letra D

8. O governo de uma capital brasileira detém o controle de uma área de vegetação na zona norte da cidade, onde habitam populações mais periféricas e com acesso reduzido a opções de lazer. Como parte de um dos seus compromissos de gestão, o prefeito apresentou um projeto de criação de um parque na área de vegetação, com a inserção de equipamentos esportivos e infantis de uso individual e coletivo, o que implicaria supressão de parte da vegetação.

Nesse contexto, um mecanismo adequado que possibilita a participação da sociedade local e fomenta o exercício da cidadania na discussão do projeto apresentado pelo prefeito é a

- A) realização de audiências públicas
- B) criação de um conselho gestor de parques públicos
- C) abertura de canal específico na ouvidoria municipal
- D) promoção de uma conferência temática de meio ambiente
- E) estruturação de um serviço local de informação ao cidadão

Comentários:

A) Certo. As audiências públicas são mecanismos e espaços de diálogos, nos quais o cidadão e a sociedade civil organizada podem colaborar com o poder público na discussão de projetos e soluções para as demandas sociais.

B) Errado. Os conselhos são canais institucionais, plurais, permanentes e autônomos, criados por lei, formados por representantes da sociedade civil e poder público, cuja atribuição é a de propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública.

C) Errado. A Ouvidoria não seria um canal adequado para a participação da sociedade local, pois envolve o recebimento de denúncias, reclamações e outros assuntos. A sua criação demandaria custos desnecessários para a discussão de um assunto tão específico.

D) Errado. Uma conferência de meio ambiente é um espaço de discussão que envolve, normalmente, um grande evento, com encontros e reuniões de representantes, especialistas no tema, com o principal objetivo de debater a respeito dos impactos negativos das atividades humanas (ação antrópica) no meio ambiente e buscar soluções para minimizá-los.

E) Errado. Um serviço local de informação ao cidadão presta informação ao cidadão e não constitui espaço de discussão.

Gabarito: Letra A

9. A universalização da saúde no Brasil afere um conjunto de ações e serviços intergovernamentais, intragovernamentais e advindos da iniciativa privada.

Em relação à iniciativa privada, nesse âmbito, seu caráter é

- A) estrutural
- B) complementar
- C) especial
- D) funcional
- E) elementar

Comentários:

Conforme a Lei nº 8080/90:

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar. [grifou-se]

Portanto, o gabarito é a letra B.

Gabarito: Letra B

10. Durante a campanha de vacinação contra a gripe, o Governo Federal realizou intensa campanha publicitária, divulgando a importância da vacinação, o período em que a campanha aconteceria e a localização dos postos de vacinação em cada município.

Nesse caso, observa-se que a comunicação é descendente, em que o governo atua como emissor e o cidadão como receptor, e que é utilizada a comunicação de massa, de forma que o fluxo comunicacional existente entre governo e cidadão é caracterizado como fluxo de

- A) decisão
- B) consulta
- C) integração
- D) informação
- E) participação ativa

Comentários:

A comunicação descrita no enunciado traz um fluxo de informação, pois se nota que, além de descendente, não abre discussões, nem interação, muito menos consulta, mas apenas comunica ao público como um emissor. O exemplo tratou de campanhas de vacinação, mas poderia aplicar-se a qualquer outra informação de interesse público, tais como prevenção da dengue, por exemplo.

Gabarito: Letra D

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS

11. Vacinação é a administração de micro-organismos infecciosos mortos, vivo-atenuados, ou partes destes, com o intuito de induzir a formação de anticorpos e prevenir infecção e doenças relacionadas. De acordo com a situação epidemiológica de um grupo populacional de uma determinada região, podem ser utilizadas estratégias vacinais diversas.

A seguinte circunstância é definida como vacinação de bloqueio:

- A) quando algumas pessoas não vacinadas são indiretamente protegidas pela vacinação da maioria da população.
- B) quando se imuniza para bloquear o adoecimento de uma pessoa já infectada, cuja data do contágio é sabida, e com tempo suficiente para a vacina estimular a proteção.
- C) quando se utiliza estratégia de administração de anticorpos (imunoglobulinas) para indivíduos expostos não imunizados.
- D) quando se utiliza a administração de quimioterápicos para indivíduos expostos não imunizados.
- E) quando ocorre um surto de uma doença, com o objetivo de proteger do surgimento de novos casos.

Comentários:

Bloqueio vacinal é a ação de vacinação seletiva (de acordo com a situação vacinal) dos indivíduos que tiveram contato com caso suspeito ou confirmado para doença, muito utilizado em situações de doenças exantemáticas e surtos em geral, protegendo, dessa forma, novos casos na comunidade.

As demais alternativas fogem do escopo, visto que tratam de imunoglobulinas, quimioterápicos ou vacinação de quem já está infectado, o que não seria a proposta da ação.

Gabarito: Letra E

12. Promoção da Saúde, de acordo com o conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), é um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde no âmbito individual e coletivo, visando atender às necessidades sociais de saúde e garantir a melhoria da qualidade de vida da população, estando marcada pelas tensões próprias à defesa do direito à saúde.

A seguinte conduta representa uma das estratégias para impulsionar a Política Nacional de Promoção da Saúde:

- A) o reforço às transformações das práticas dos serviços de saúde para a prevenção e proteção de doenças.
- B) a capacidade de regulação estatal a partir do ente federal agindo sobre os fatores de proteção e promoção da saúde.
- C) a reorientação do cuidado na perspectiva do respeito à autonomia e à cultura, numa interação do cuidar/ser cuidado, ensinar/aprender.
- D) a gestão intrasetorial (do setor saúde) dos recursos na abordagem dos problemas e potencialidades em saúde.
- E) o enfoque verticalizado das políticas, programas, projetos e ações, com prioridade para a atenção básica.

Comentários:

Existem várias estratégias para impulsionar a Política Nacional de Promoção da Saúde, dentre elas:

- Gestão intersetorial dos recursos na abordagem dos problemas e potencialidades em saúde, ampliando parcerias e compartilhando soluções na construção de políticas públicas saudáveis.

- Capacidade de regulação dos Estados e municípios sobre os fatores de proteção e promoção da saúde.
- Reforçar os processos de participação comunitária no diagnóstico dos problemas de saúde e suas soluções, reforçando a formação e a consolidação de redes sociais e protetoras.
- Promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, com ênfase no estímulo à alimentação saudável, atividade física, comportamentos seguros e combate ao tabagismo.
- Promoção de ambientes seguros e saudáveis, com ênfase no trabalho com escolas e comunidades.
- Reforço à reorientação das práticas dos serviços dentro do conceito positivo de saúde, atenção integral e qualidade, tendo a promoção como enfoque transversal das políticas, programas, projetos e ações, com prioridade para a atenção básica e o Programa de Saúde da Família.
- Reorientação do cuidado na perspectiva do respeito à autonomia, à cultura, numa interação do cuidar/ser cuidado, ensinar/aprender, aberto à incorporação de outras práticas e racionalidades (Alternativa C).

Portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: Letra C

13. A Política Nacional de Saúde, expressa na Lei nº 8.080/1990 e suas alterações e atualizações, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

São definidos nessa lei os seguintes subsistemas:

- A) acompanhamento à mulher nos serviços de saúde; atenção à saúde do idoso.
- B) atenção à saúde do idoso; atenção à saúde indígena.
- C) atenção à criança e ao adolescente; atenção à saúde indígena.
- D) atendimento e internação domiciliar; acompanhamento à mulher nos serviços de saúde.
- E) atenção à criança e ao adolescente; atendimento e internação domiciliar.

Comentários:

Na Lei nº 8080/90, temos os seguintes Subsistemas:

Capítulo V: Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

Capítulo VI: subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar

Capítulo VII: Subsistema de Acompanhamento à mulher nos serviços de saúde.

Dessa forma, é correto assinalarmos a letra D.

Gabarito: Letra D

14. Entre os principais instrumentos de articulação federativa para a produção de políticas e a provisão de serviços públicos, encontram-se os consórcios entre entes federados, regidos pela Lei Federal nº11.107/2005 (conhecida como Lei de Consórcios).

O seguinte elemento dessa legislação demonstra a maior confiabilidade do compromisso firmado por entes federados:

- A) aprovação dos Poderes Legislativos dos entes consorciados.
- B) definição do ente estadual como centralidade do processo.
- C) anuência da esfera federal na definição do consórcio.
- D) utilização dos modelos contratuais preexistentes para facilitar a sua elaboração.
- E) exigência de que a denúncia por não cumprimento seja apresentada bilateralmente.

Comentários:

Consórcios Públicos e a Lei Federal nº 11.107/2005

Os consórcios públicos são instrumentos de cooperação entre entes federados (municípios, estados e União) para a realização de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse comum. A Lei Federal nº 11.107/2005, conhecida como Lei de Consórcios, estabelece o marco legal para a formação e operação desses consórcios, proporcionando um modelo jurídico que visa a garantir a eficácia e a legalidade das ações conjuntas. De acordo com Silva (2016), a exigência de aprovação pelos Poderes Legislativos dos entes federados é um dos elementos que confere maior legitimidade e segurança jurídica aos consórcios, reforçando o compromisso dos entes envolvidos.

Julgamento das alternativas

(A) CERTO - A aprovação dos Poderes Legislativos dos entes consorciados é, de fato, um requisito estabelecido pela Lei 11.107/2005, o que confere maior segurança e confiabilidade ao compromisso firmado. Isso, porque garante que o consórcio seja validado por representantes eleitos, proporcionando maior transparência e comprometimento (Silva, 2016).

(B) ERRADO - A definição do ente estadual como centralidade do processo não é um elemento destacado na Lei de Consórcios. A lei permite a participação de qualquer ente federado, sem centralidade obrigatória do

ente estadual.

(C) ERRADO - A anuência da esfera federal na definição do consórcio não é um requisito exigido pela Lei 11.107/2005. A formação do consórcio é um ato dos entes consorciados, sem necessidade de aprovação prévia da esfera federal.

(D) ERRADO - A utilização de modelos contratuais preexistentes pode facilitar a elaboração dos consórcios, mas não é um elemento que diretamente aumente a confiabilidade do compromisso, tampouco é mencionado como tal na Lei 11.107/2005.

(E) ERRADO - A exigência de denúncia por não cumprimento de forma bilateral não está prevista na Lei 11.107/2005 como um requisito para aumentar a confiabilidade dos consórcios.

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a A, que destaca a necessidade de aprovação dos Poderes Legislativos dos entes consorciados como um dos principais elementos que asseguram a confiabilidade do compromisso firmado entre os entes federados.

Referência Bibliográfica:

1. **Silva, J.** *Consórcios Públicos e Cooperação Interfederativa no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

Gabarito: Letra A

15. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) assegura a inclusão no trabalho da PCD em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária.

No texto da lei, trata-se de uma prerrogativa o(a)

- A) atendimento de forma igualitária às PCD, sem distinção com relação a sua inserção no campo de trabalho.
- B) disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho para a PCD.
- C) realização de exames periódicos diferenciados e específicos para a PCD, independentemente do cargo.
- D) definição do posto de trabalho de acordo com a capacidade adaptativa da PCD, independentemente de perfil vocacional.
- E) programação de educação permanente ou continuada específica para a PCD.

Comentários:

O art. 37 do Estatuto da Pessoa Idosa prevê as diretrizes para a colocação competitiva da pessoa idosa no mercado de trabalho:

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

- I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho;
- II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;
- III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;
- IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais;
- V - realização de avaliações periódicas;
- VI - articulação intersetorial das políticas públicas;
- VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

A **alternativa A** é incorreta. Ao contrário, o inciso I prevê como diretrizes a prioridade para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o que caracteriza distinção específica em seu favor.

A **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão. O inciso II prevê medidas de suporte à pessoa com deficiência, incluindo a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.

A **alternativa C** é incorreta. O EPD veda qualquer restrição ao trabalho da pessoa com deficiência, inclusive por meio da exigência de exames periódicos:

Art. 34. [...]

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

A **alternativa D** é incorreta. Os serviços de habilitação profissional e de reabilitação da pessoa com deficiência devem tomar em conta a sua vocação (perfil vocacional):

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

A **alternativa E** é incorreta. A pessoa com deficiência tem direito à educação continuada como forma de promoção da sua participação no mercado de trabalho:

Art. 34. [...]

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

Gabarito: Letra B

16. Segundo estudos relevantes na área de Políticas Públicas, as deliberações de conferências de políticas públicas constitucionais (como os casos das políticas de saúde e da assistência social) têm mais força na esfera dos órgãos decisórios de âmbito federal, mesmo que tal fato não se reflita na garantia da implementação. Todavia, o processamento dos seus resultados tem sido um desafio para os governos. A seguinte situação representa um desses desafios no processamento:

- A) demanda rigorosa por prestação de contas para a sociedade sobre os resultados efetivos de sua participação.
- B) integração alta entre as decisões tomadas nas conferências nacionais e as tomadas no âmbito do Congresso Nacional.
- C) intervalos curtos entre essas conferências com temáticas semelhantes.
- D) articulação forte entre as conferências locais e as conferências municipais.
- E) existência de boa estratégia de coordenação horizontal entre as diversas conferências nacionais.

Comentários:

O gabarito dado pela banca organizadora foi a **alternativa C**, o que, em uma análise técnica e teórica, não se alinha ou ampara na literatura sobre o assunto.

Arretche (2018) afirma que os desafios no processamento dos resultados das deliberações de conferências de políticas públicas constitucionais estão relacionados a vários fatores que dificultam a implementação efetiva das decisões tomadas nesses espaços de participação. Entre os principais desafios destacados por Marta Arretche, pode-se citar:

1. **Fragmentação institucional:** A existência de múltiplos níveis de governo e a descentralização das responsabilidades podem dificultar a coordenação das ações necessárias para implementar as deliberações das conferências.
2. **Descontinuidade política:** Mudanças nos governos e nas prioridades políticas podem interromper ou desviar a implementação das decisões tomadas em conferências, especialmente quando há alternância de poder entre diferentes partidos ou grupos políticos.
3. **Limitações de recursos:** A implementação das decisões pode ser comprometida pela falta de recursos financeiros, humanos e técnicos, necessários para transformar as deliberações em ações concretas.
4. **Prestação de contas e transparência:** A dificuldade em demonstrar os resultados efetivos das deliberações para a sociedade pode gerar desconfiança e frustração, especialmente quando as expectativas criadas durante as conferências não se concretizam.
5. **Articulação entre níveis de governo:** A coordenação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) é essencial para que as políticas sejam implementadas de forma coerente e eficaz, o que muitas vezes representa um desafio devido às diferenças de interesse e capacidade entre os entes federados.

Esses desafios apontados por Arretche (2018) refletem as complexidades inerentes ao processo de formulação e implementação de políticas públicas em um contexto federativo e democrático, onde a participação social é essencial, mas onde também são necessárias capacidades institucionais robustas para garantir que as deliberações se transformem em resultados concretos.

Conferências de Políticas Públicas

As conferências de políticas públicas são espaços de deliberação e participação social que têm por objetivo influenciar as decisões governamentais, especialmente em áreas de políticas públicas constitucionais como saúde e assistência social. Conforme destacado por Arretche (2018), embora as deliberações das conferências possam ter um peso significativo na formulação das políticas públicas, o desafio maior reside na implementação dessas decisões e no processamento dos resultados, especialmente no que tange à prestação de contas e à articulação entre diferentes níveis de governo e instâncias de participação.

Julgamento das alternativas

(A) CERTO - A demanda rigorosa por prestação de contas à sociedade sobre os resultados efetivos da participação nas conferências constitui um desafio no processamento dos resultados. Isso ocorre porque, muitas vezes, as expectativas geradas nas conferências não se materializam em ações concretas, criando dificuldades para justificar a eficácia do processo participativo (Arretche, 2018).

(B) ERRADO - Uma alta integração entre as decisões das conferências nacionais e as tomadas no Congresso Nacional indicaria uma facilitação no processamento dos resultados, não um desafio.

(C) ERRADO - Intervalos curtos entre conferências com temáticas semelhantes **poderiam representar uma sobrecarga, mas não necessariamente um desafio significativo** no processamento dos resultados.

(D) ERRADO - Uma articulação forte entre as conferências locais e municipais seria uma condição favorável para o processamento dos resultados, e não um desafio.

(E) ERRADO - A existência de uma boa estratégia de coordenação horizontal entre as diversas conferências nacionais representaria uma solução para os desafios de processamento, e não um desafio em si.

Conclusão

Portanto, apesar de o gabarito preliminar da banca ter sido Letra C, a alternativa correta é a Letra A em nossa visão, que identifica corretamente a demanda por prestação de contas como um dos desafios no processamento dos resultados das conferências de políticas públicas.

Referência Bibliográfica

1. **Arretche, M.** *Democracia e Redemocratização no Brasil: Lições da Constituição de 1988*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

Gabarito: Letra A

Gabarito Preliminar: Letra C

17. As políticas afirmativas têm como marco no Brasil a Lei de Cotas, que são reservas de vagas para determinados segmentos da população, como pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e pessoas com necessidades especiais.

A respeito da legislação para questões étnico-raciais, é assegurada

- A) a reserva de cotas independentemente do número de vagas propostas para o cargo pleiteado no concurso.
- B) a existência da cota de vagas mesmo sem constar esse número específico de vagas no edital.
- C) a participação concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação.
- D) a transferência da vaga para outro concurso caso essa vaga não seja preenchida por cotista.
- E) a cota de 15% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta. De acordo com a Lei de Cotas (Lei n. 12.990/2014), no seu art. 1º, § 1º, a reserva aplica-se apenas quando o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 3:

Art. 1º [...]

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

A **alternativa B** é incorreta. A reserva deve constar expressamente dos editais:

Art. 1º. [...]

§ 3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. A participação de candidatos negros nas vagas reservadas não exclui a sua participação nas vagas de ampla concorrência, de acordo com o art. 3º da Lei:

Art. 3º Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

A **alternativa D** é incorreta. É impossível a transferência de vagas entre concursos, sob pena de inconstitucionalidade por ofensa ao princípio do concurso público.

A **alternativa E** é incorreta. A reserva é no percentual de 20%, de acordo com o *caput* do art. 1º:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei.

Gabarito: Letra C

18. Estudos apontam que, a partir de uma reflexão sobre a dimensão da dinâmica histórica do Sistema de Garantia de Direitos, tendo por referência os processos permanentes de mudança que incidem sobre as relações de sociedade, pode se perceber que são muitos os espaços que precisam ser engajados para a garantia de direitos.

Dessa forma, o sistema de garantia de direitos teria que contemplar, na sua configuração, cinco eixos. Um desses eixos objetiva preparar a sociedade como um todo para vivenciar a cidadania e, especificamente, discutir, contextualizar, em uma perspectiva crítica, a garantia desses direitos.

Trata-se do eixo

- A) da instituição do direito
- B) da defesa do direito
- C) da promoção do direito
- D) do controle do direito
- E) da disseminação do direito

Comentários:

Apesar de não ter sido mencionado, a questão utilizou uma bibliografia específica para identificar os eixos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD):

Baptista, M. V. *Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos*. Revista Serviço Social & Sociedade, 109, 179-199, 2012.

Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é uma estrutura que visa assegurar a proteção, promoção e defesa dos direitos de diferentes grupos, especialmente os mais vulneráveis, dentro da sociedade. Conforme descrito por Myrian Veras Baptista (2012), o SGD é composto por cinco eixos principais: instituição do direito, defesa do direito, promoção do direito, controle do direito e disseminação do direito. Cada eixo tem uma função específica dentro do sistema, com o objetivo de garantir que os direitos sejam conhecidos, respeitados e aplicados em todas as esferas da sociedade.

Julgamento das alternativas

(A) ERRADO - O eixo da instituição do direito está relacionado à criação e formalização de normas e legislações, não à preparação da sociedade para vivenciar a cidadania de maneira crítica.

(B) ERRADO - O eixo da defesa do direito foca na proteção e na garantia dos direitos contra violações, utilizando mecanismos jurídicos e administrativos para assegurar sua efetividade, mas não é direcionado à educação cidadã.

(C) ERRADO - O eixo da promoção do direito envolve a implementação de políticas sociais e a criação de condições materiais para o respeito aos direitos, mas não é o eixo principal que discute e contextualiza a cidadania em uma perspectiva crítica.

(D) ERRADO - O eixo do controle do direito trata do monitoramento e fiscalização da aplicação dos direitos, envolvendo a sociedade civil em seu controle, mas não aborda diretamente a educação para a cidadania.

(E) CERTO - O eixo da disseminação do direito é responsável por preparar a sociedade para vivenciar a cidadania, discutindo e contextualizando os direitos de maneira crítica. Esse eixo é fundamental para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, como apontado por Myrian Veras Baptista (2012), sendo o que mais se alinha ao objetivo descrito na questão.

Conclusão

Pela bibliografia adotada pela banca, a alternativa correta é a **E**, que identifica o eixo da disseminação do direito como aquele que visa preparar a sociedade para vivenciar a cidadania e discutir a garantia dos direitos de forma crítica.

No entanto, para Costa (2017), os eixos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) são:

1. **Promoção dos direitos:** Este eixo é responsável por ações que visam promover e fortalecer a cidadania, por meio da conscientização e educação em direitos. Ele foca na preparação da sociedade para a vivência plena da cidadania e na discussão crítica sobre os direitos garantidos.
2. **Defesa dos direitos:** Refere-se à proteção e defesa efetiva dos direitos, por meio de mecanismos jurídicos e administrativos. Esse eixo envolve ações de fiscalização, controle social e garantia de que os direitos sejam respeitados e cumpridos.
3. **Controle dos direitos:** Este eixo está relacionado ao monitoramento e fiscalização da implementação e cumprimento das políticas públicas e das normas que asseguram os direitos. Envolve a atuação de órgãos de controle, como conselhos de direitos, auditorias e outras instâncias de controle social.
4. **Responsabilização:** Embora não esteja sempre separado como um eixo autônomo, este componente trata da responsabilização dos indivíduos ou entidades que violam os direitos. Envolve as ações necessárias para investigar, julgar e punir as violações de direitos, garantindo que os responsáveis sejam devidamente sancionados.
5. **Instituição do direito:** Este eixo abrange a criação, formulação e fortalecimento dos marcos legais e das políticas públicas que asseguram os direitos. Ele visa garantir que os direitos estejam formalmente estabelecidos e reconhecidos pela sociedade e pelo Estado.

Na visão de Costa (2017), o **eixo da promoção do direito** tem como objetivo principal educar e preparar a sociedade para exercer a cidadania, discutindo e contextualizando os direitos de maneira crítica, conforme descrito na questão, o que faria com que a alternativa correta fosse a **alternativa C**.

Referências

1. Baptista, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Revista Serviço Social & Sociedade*, 109, 179-199, 2012.
2. Costa, M. A. *Sistemas de Garantia de Direitos: Teoria e Prática*. Curitiba: Editora Juruá, 2017.

Gabarito do professor: Letra C
Gabarito preliminar: Letra E

19. A ampliação da autonomia administrativa, política e financeira dos municípios, ocorrida a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, gerou um amplo processo de descentralização. A partir dessas transformações, surgem novos papéis e responsabilidades desse ente federativo, marcadas por uma maior participação popular nos processos de gestão e tomada de decisão.

Diante dessa nova institucionalidade verifica-se que

- A) os problemas de natureza política tendem a ser facilmente contornados.
- B) a resistência e o boicote por parte de grupos afetados (do governo e da sociedade) reduzem.
- C) os custos de informação podem ter uma elevação.
- D) os custos de imposição (enforcement) tendem a uma redução.
- E) os custos de manutenção tendem a não ser alterados.

Comentários:

Descentralização e autonomia municipal na Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 no Brasil promoveu uma descentralização significativa, ampliando a autonomia administrativa, política e financeira dos municípios. Essa descentralização trouxe consigo novos desafios e responsabilidades para os governos locais, além de estimular a participação popular nos processos de gestão e tomada de decisão. Segundo Abrucio (2010), essa mudança resultou em uma reconfiguração das relações federativas, com impactos variados, como a elevação dos custos de informação, devido à necessidade de maior coordenação e ao aumento do volume de dados a serem geridos pelos municípios.

Julgamento das alternativas

(A) ERRADO - Os problemas de natureza política não tendem a ser facilmente contornados com a descentralização. Na verdade, a ampliação da autonomia pode gerar novos desafios políticos, como a necessidade de negociação e a resolução de conflitos locais.

(B) ERRADO - A descentralização não necessariamente reduz a resistência e o boicote por parte de grupos afetados. Pelo contrário, a autonomia local pode intensificar conflitos de interesse entre diferentes grupos, tanto no governo quanto na sociedade.

(C) CERTO - Com a descentralização, os custos de informação tendem a aumentar, pois os municípios passam a gerir um volume maior de informações e precisam coordenar suas ações de maneira mais complexa, especialmente em um contexto de maior autonomia e participação popular (Abrucio, 2010).

(D) ERRADO - Os custos de imposição (*enforcement*) não necessariamente diminuem com a descentralização. A autonomia pode exigir um maior esforço para garantir que as políticas e decisões sejam cumpridas localmente, aumentando os custos de imposição.

(E) ERRADO - Os custos de manutenção podem ser afetados pela descentralização, dependendo das novas responsabilidades assumidas pelos municípios e da complexidade da gestão local.

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a **C**, que corretamente identifica a elevação dos custos de informação como um dos impactos da ampliação da autonomia administrativa, política e financeira dos municípios após a Constituição de 1988.

Referência Bibliográfica

1. Abrucio, F. L. A coordenação federativa no Brasil: A experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 2, p. 41-67, 2010.

Gabarito: Letra C

20. A vigilância da saúde está intimamente relacionada ao conceito de território e requer uma combinação de diferentes tecnologias que podem, por um lado, ser duras, como os equipamentos biomédicos; e por outro, flexíveis, como as tecnologias sociais, selecionadas para atender requisitos como adequação, eficácia e oportunidade, de modo a reestruturar as práticas de saúde e a organizar a rede de serviços. Assim sendo, a implementação do modelo da vigilância da saúde é um processo complexo que apresenta o seguinte enfoque:

- A) clínico como conceito de integralidade
- B) cuidado como conceito de assistência
- C) populacional como conceito de prevenção
- D) risco como conceito de proteção
- E) território como conceito de promoção

Comentários:

No cenário atual, a implementação do modelo da vigilância em saúde é processo complexo que articula o “enfoque populacional” (promoção) com o “enfoque de risco” (proteção) e o enfoque clínico (assistência), constituindo-se em conjunto articulado de tecnologias voltadas para ‘o pensar e o agir em saúde’.

É referência para a formulação de propostas e, ao mesmo tempo, uma estratégia de organização de um conjunto heterogêneo de políticas e práticas que assumem configurações específicas de acordo com a situação de saúde das populações do país, estado ou município.

Gabarito: Letra D

EIXO TEMÁTICO 3 - SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA APLICADAS AO TRABALHO

21. Quando se busca entender a história do trabalho e a sua intrínseca relação entre a força sobre os meios de produção e o controle deles, observa-se que a diferença basal entre a servidão e a escravidão se estabelece na

- A) propriedade
- B) religião
- C) produtividade
- D) tecnologia
- E) exploração

Comentários:

Para responder a essa questão, é importante considerar a diferença entre servidão e escravidão a partir da teoria marxista e outras abordagens históricas sobre o trabalho.

A escravidão e a servidão são formas de trabalho compulsório, mas elas diferem fundamentalmente na relação do trabalhador com os meios de produção e na forma de exploração. Na escravidão, o escravo é considerado propriedade do seu senhor, o que significa que ele não tem controle sobre sua própria força de trabalho nem sobre os meios de produção. Na servidão, o servo está ligado à terra e é obrigado a trabalhar nela, mas não é propriedade de seu senhor da mesma forma que um escravo. O servo tem algum grau de controle sobre sua vida, embora esteja sujeito a obrigações feudais.

Diante disso, a diferença fundamental entre servidão e escravidão pode ser identificada na propriedade. Na escravidão, o trabalhador é propriedade do seu senhor; na servidão, o trabalhador está atrelado à terra e deve obrigações, mas não é propriedade de outra pessoa.

Portanto, a alternativa correta é (A) propriedade.

Vejam os erros das demais alternativas:

(B) A religião pode ter influenciado o desenvolvimento histórico de sistemas de trabalho, como a legitimação da escravidão ou a servidão em diferentes contextos culturais, mas não é o fator basal que diferencia a servidão da escravidão. A religião atuou como um justificante moral ou ideológico em algumas situações, mas não define as relações de propriedade que são fundamentais para distinguir esses dois sistemas.

(C) A produtividade não é o critério central que diferencia a servidão da escravidão. Ambos os sistemas visavam a extração de trabalho para gerar valor, mas a diferença crítica está na relação de propriedade, e não necessariamente na eficiência ou produtividade do trabalho realizado pelos servos ou escravos.

(D) A tecnologia pode influenciar as condições e os modos de produção em diferentes sistemas de trabalho, mas não é o elemento definidor que distingue servidão de escravidão. As tecnologias disponíveis em cada época afetavam ambos os sistemas, mas a diferença crucial está na relação entre trabalhadores e seus senhores, especialmente no que se refere à propriedade.

(E) Embora tanto a servidão quanto a escravidão envolvam a exploração do trabalho, a exploração não é o fator distintivo entre os dois sistemas. A exploração ocorre em ambos, mas a forma como ela se manifesta está relacionada à relação de propriedade (ou falta dela) entre o trabalhador e o senhor. Por isso, "exploração" não é a resposta correta, pois não captura a diferença específica entre servidão e escravidão.

Gabarito: Letra A

22. Para analisar os processos econômicos de industrialização no Brasil, o historiador Geraldo de Beauclair propõe que há um movimento de passagem da pré-indústria para a indústria propriamente dita. Como esclarece Arruda, quando o processo de mecanização ocorre em um dos ramos da produção, ele se difunde para outros ramos, especialmente naqueles setores industriais nos quais haja isolamento em virtude da divisão social do trabalho, de tal modo que cada um produz uma mercadoria independente, mas que constituem, no conjunto, um processo global de produção. O exemplo característico é o da tecelagem, que envolve o aprimoramento na produção de fios, o avanço das indústrias mecânicas para a produção de máquinas, o progresso da metalurgia para produzir o ferro, o desenvolvimento da mineração para extrair carvão mineral, o progresso das experiências químicas (para o aprimoramento das técnicas de branqueamento ou tinturaria) etc.

BEAUCLAIR, G. Raízes da indústria no Brasil. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992. p. 13-14.

De acordo com o autor, a pré-indústria deve ser entendida como uma etapa em que a(o)

- A) generalização do assalariamento ocorre nos processos produtivos.
- B) poupança comercial propicia um salto qualitativo de investimentos.
- C) mecanização da produção ocorre, mas não está generalizada.
- D) mercado mundial é viabilizado pelos transportes a vapor.
- E) comércio de commodities permite reservas energéticas para a indústria.

Comentários:

Para responder a essa questão, é necessário considerar a interpretação do texto de Geraldo de Beauclair e a literatura sobre o processo de industrialização no Brasil.

O texto faz referência à transição da pré-indústria para a indústria propriamente dita, indicando que a pré-indústria é caracterizada por uma fase em que a mecanização começa a surgir, mas ainda não está amplamente difundida. Essa fase representa um estágio intermediário em que a produção começa a se mecanizar, mas sem alcançar uma generalização completa.

Agora, vamos analisar cada alternativa:

(A) Essa alternativa está incorreta porque a generalização do assalariamento é característica de uma fase mais avançada da industrialização, em que o trabalho assalariado se torna predominante nas relações de produção. Na pré-indústria, o assalariamento ainda não é generalizado, uma vez que muitas formas de trabalho ainda podem ser não assalariadas.

(B) Embora a poupança comercial possa desempenhar um papel importante no desenvolvimento econômico e no financiamento da industrialização, ela não é a característica definidora da pré-indústria. A pré-indústria está mais associada ao início da mecanização do que ao acúmulo de capital para grandes investimentos.

(C) Essa é a alternativa correta. De acordo com o que Beauclair discute, a pré-indústria é um estágio em que a mecanização começa a aparecer em alguns setores produtivos, mas ainda não se espalhou por toda a economia. A mecanização limitada marca essa fase inicial, diferenciando-a da industrialização plena, quando a mecanização se torna generalizada.

(D) Os transportes a vapor certamente impulsionaram o comércio global e facilitaram a expansão dos mercados, mas essa característica é mais associada à fase de industrialização propriamente dita, quando o comércio internacional já estava bem estabelecido. Não é uma característica definidora da pré-indústria, mas uma consequência da industrialização.

(E) O comércio de commodities e a acumulação de reservas energéticas são importantes para a industrialização, mas não são as características centrais que definem a pré-indústria.

Gabarito: Letra C

23. O texto freudiano intitulado “Psicologia das massas e análise do eu” introduz o campo de estudos da psicologia dos grupos, das identificações e dos processos de aprendizagem social. Nele, Freud afirma A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.

FREUD, S. Obras completas volume 15 - Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 10.

A obra freudiana ajudou a entender a formação de grupos dentro da sociedade e a forma como a interação e os comportamentos acontecem dentro dos diversos grupos sociais.

Os elementos apresentados no texto sustentam que a

- A) aprendizagem depende da interação do indivíduo com o meio social.
- B) constituição do ego decorre dos processos narcísicos.
- C) psicologia individual precede a psicologia grupal.
- D) psicologia individual pode ser entendida totalmente separada da interação grupal dos indivíduos.
- E) oposição entre a psicologia individual e a psicologia social é consistente e deve ser estudada com afinco.

Comentários:

Somos seres essencialmente sociais. Recebemos influências sociais desde o ventre da nossa mãe. Também, por meio da família, passamos pelo processo de socialização primária.

Através da socialização, nós construímos quem somos, nossa identidade e também nosso ego. Também é por meio da socialização que ocorre o processo de aprendizagem (o próprio enunciado da questão traz o conceito de “aprendizagem social”).

É nesse processo que aprendemos como nos comportamos, a noção do “certo ou errado” do que é “bom ou ruim”. Toda psicologia é social! Não há como dissociar o individual do social, pois somos seres essencialmente sociais e dependemos uns dos outros para sobrevivermos.

Gabarito: Letra A

24. Para analisar as estruturas mais recentes do mundo do trabalho, Ricardo Antunes considera o seguinte exemplo:

Começamos pelo exemplo recente mais exuberante. A Amazon (incluindo a Amazon Mechanical Turk) é de grande significado. [...] Depoimentos de trabalhadores nos EUA demonstram que caminhar 24 ou 25 km ao longo do dia, para buscar nas prateleiras os produtos a serem enviados em tempo veloz aos consumidores, é prática sistemática. Embalar 120 a 200 produtos por hora, trabalhar 55 horas por semana e até 10 horas por dia, em períodos de vendas intensas, como no período natalino, compõe o cotidiano de trabalhadores em sua unidade de Tilburi, na Inglaterra, onde se encontra o seu maior centro de e-commerce na Europa, no qual são vendidos mais de 1 milhão e 200 mil produtos por ano, conforme relato feito pelo jornalista Alan Selby.

ANTUNES, R. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. Revista Análise Social. Lisboa n. 248, 2023 p. 518. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33535/23430>. Acesso em: 29 fev. 2024. Adaptado.

O caso descrito pelo autor tem sido comum nas configurações mais recentes do mundo do trabalho. Trata-se de um modelo de trabalho que conjuga a atividade digital com a(o)

- A) redução tendencial da jornada semanal**
- B) diminuição potencial do capital permanente**
- C) exploração intensa do trabalho físico/material**
- D) garantias latentes de bem-estar ao trabalhador**
- E) exigência crescente de qualificação da mão de obra**

Comentários:

Para responder a essa questão, é importante focar na análise que Ricardo Antunes faz sobre as configurações recentes do mundo do trabalho, especialmente no contexto da expansão do setor de serviços e do capitalismo de plataforma.

O exemplo da Amazon, como descrito no texto, destaca as condições de trabalho extenuantes que combinam a alta demanda de trabalho físico com a necessidade de rapidez e eficiência. Isso reflete uma exploração intensa dos trabalhadores, que são submetidos a longas jornadas de trabalho, tarefas repetitivas e condições físicas desgastantes.

Agora, vamos analisar cada alternativa:

(A) Essa alternativa está incorreta. O exemplo dado por Antunes na descrição da Amazon mostra, na verdade, o oposto — jornadas de trabalho extensas e intensas, especialmente em períodos de alta demanda, como o Natal. Não há indicação de uma redução da jornada semanal nesse modelo de trabalho.

(B) Embora a automação e a digitalização possam, em alguns contextos, reduzir a necessidade de capital permanente, essa alternativa não captura a essência do exemplo dado, que enfatiza a intensificação do trabalho físico. A questão central discutida no texto não é a diminuição do capital permanente, mas sim a forma como o trabalho humano é explorado.

(C) Essa é a alternativa correta. O exemplo da Amazon ilustra claramente uma exploração intensa do trabalho físico, com os trabalhadores sendo forçados a caminhar longas distâncias, embalar produtos rapidamente e trabalhar em jornadas longas e exaustivas. Esse cenário é característico do modelo de trabalho descrito por Antunes no contexto da expansão do setor de serviços e do capitalismo de plataforma.

(D) Essa alternativa está incorreta. O texto destaca a ausência de bem-estar para os trabalhadores, que enfrentam condições de trabalho duras e extenuantes. Não há garantias de bem-estar no modelo de trabalho descrito.

(E) Embora o capitalismo de plataforma possa exigir certos níveis de qualificação em alguns casos, o exemplo da Amazon foca na exploração do trabalho físico e na exaustão dos trabalhadores ao executar tarefas repetitivas e para isso não é exigida maior qualificação. Portanto, essa alternativa não é a mais adequada para descrever o exemplo dado.

Gabarito: Letra C

25. Criticando as exigências de empregabilidade cada vez mais comuns no mercado de trabalho, Pierre Dardot e Christian Laval escreveram que:

[...] se deixa de querer prejudicar a eficácia do sujeito por títulos, diplomas, status, experiência acumulada, ou seja, a posição que ele ocupa numa classificação, porque passa-se a confiar na avaliação mais fina e regular de suas competências postas efetivamente em prática a todo instante. O sujeito não vale mais pelas qualidades estatutárias que lhe foram reconhecidas durante sua trajetória escolar e profissional, mas pelo valor de uso diretamente mensurável de sua força de trabalho.

LAVAL, C; DARDOT, P. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 351. Adaptado.

A caracterização dos autores acompanha transformações importantes nos dispositivos de Estado e no modo de funcionamento da economia privada.

Nesse sentido, a política econômica mais alinhada à recente reestruturação produtiva e o requisito exigido do trabalhador são, respectivamente, o

- A) liberalismo e a experiência internacional
- B) neokeynesianismo e a autoaprendizagem
- C) desenvolvimentismo e a experiência prática
- D) neoliberalismo e a certificação de competências
- E) anarcocapitalismo e a instrução técnico-universitária

Comentários:

Para responder a essa questão, é necessário combinar a interpretação do texto com o conhecimento de sociologia e ciência política, especialmente no contexto das transformações econômicas e políticas contemporâneas.

Interpretação do texto:

Pierre Dardot e Christian Laval criticam a crescente ênfase no mercado de trabalho moderno em valorizar o trabalhador não por suas qualificações formais (como diplomas e títulos), mas pela sua capacidade de demonstrar competências práticas e imediatas, avaliadas constantemente. Isso reflete uma mudança nas exigências do mercado de trabalho, que se tornou mais flexível, competitivo e orientado pela eficiência imediata.

Análise sociológica e política:

Essa transformação está fortemente associada ao advento do neoliberalismo, um regime econômico que se consolidou a partir das últimas décadas do século XX e que privilegia o mercado livre, a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho. No neoliberalismo, a lógica do capital prevalece, e os trabalhadores são vistos como "capital humano", cujo valor deve ser constantemente medido e demonstrado. Isso se traduz em uma exigência crescente pela certificação de competências, na qual as habilidades práticas e o desempenho imediato no trabalho são valorizados mais do que as qualificações formais tradicionais.

Agora, vamos analisar as alternativas:

(A) O liberalismo clássico, embora tenha influenciado a estrutura econômica e política das sociedades capitalistas, não capta a essência das transformações descritas por Dardot e Laval. Além disso, "experiência internacional" não é a exigência central no mercado de trabalho descrito no texto.

(B) O neokeynesianismo promove políticas econômicas de intervenção estatal para garantir pleno emprego e estabilidade econômica, o que é diferente das políticas neoliberais mencionadas por Dardot e Laval. Além disso, a autoaprendizagem, embora importante, não é o principal requisito apontado pelos autores. Essa é a questão distratora da Banca.

(C) O desenvolvimentismo refere-se a políticas que promovem o crescimento econômico através do planejamento estatal e da industrialização, algo que não se alinha diretamente com a crítica feita pelos autores à reestruturação produtiva neoliberal. A "experiência prática" pode ser relevante, mas não é o foco principal do texto.

(D) Essa é a alternativa correta. O neoliberalismo é o regime econômico que se alinha com a descrição de Dardot e Laval, na qual o mercado de trabalho é marcado por uma avaliação contínua das competências práticas dos trabalhadores, refletindo uma ênfase na eficiência e na flexibilidade. A "certificação de competências" é o requisito que se tornou central nesse novo modelo de empregabilidade.

(E) O anarcocapitalismo é uma ideologia que defende a completa ausência de Estado e a total liberdade de mercado, o que não se aplica diretamente ao contexto discutido por Dardot e Laval. Além disso, a "instrução técnico-universitária" não é o foco das exigências atuais.

Gabarito: Letra D

26. O texto apresentado a seguir faz a crítica a uma percepção que atravessa o imaginário cultural brasileiro e marca, de forma profunda, a construção identitária de uma parcela da população brasileira, bem como as relações sociais no Brasil.

É importante chamar a atenção para isso, porque o texto, de modo geral, é a reprodução do preconceito de não haver preconceito, como disse o Florestan Fernandes, e de tomar sempre os Estados Unidos como modelo: nos Estados Unidos é que tem racismo; aqui não tem, os negros mesmo dizem isso, e, sabemos, existe aí de montão.

Portanto, essa cidadania a que estamos nos referindo aqui no decorrer destes debates, a cidadania do negro é uma cidadania estraçalhada, é uma cidadania dilacerada [...]

GONZALES, L. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 232-241. Adaptado.

A crítica citada se refere à ideia de

- A) benevolência do colonizador português
- B) teoria do colonialismo subdesenvolvedor
- C) mito do nativo preguiçoso
- D) mito da democracia racial
- E) complexo de vira-latas

Comentários:

Essa questão pode ser pensada para explicar a divisão racial do trabalho e a discriminação racial no mercado de trabalho. Assim, estão dentro do Edital os tópicos de divisão racial do trabalho e discriminação e segmentação no mercado de trabalho. A crítica ao mito da democracia racial, levantada por Lélia Gonzalez, contribui para a compreensão de como a desigualdade racial se manifesta nas estruturas econômicas e nas oportunidades de emprego no Brasil. A partir da abordagem sociológica, estamos falando de racialização das relações sociais de trabalho.

O debate proposto no texto fornece uma base para entender como esse mito perpetua a divisão racial do trabalho e a discriminação racial no mercado de trabalho. Ao negar a existência de racismo, a sociedade brasileira mantém estruturas de poder que marginalizam a população negra, restringindo seu acesso a oportunidades e reproduzindo desigualdades sociais e econômicas. Assim, a questão abordada pode ser vista como um ponto de partida para discutir como o racismo estrutural afeta as dinâmicas do mercado de trabalho, reforçando a exclusão e a discriminação racial.

Vamos para a análise das alternativas:

(A) Incorreta. A ideia de que o colonizador português teria sido mais benevolente e menos violento em comparação com outros colonizadores europeus. Essa visão argumenta que a colonização portuguesa foi marcada por maior "tolerância" e "mistura racial", criando uma sociedade mais harmoniosa e menos marcada por tensões raciais. Embora essa visão tenha sido propagada por alguns historiadores e intelectuais no passado, ela foi amplamente desmascarada por estudos que mostram a brutalidade e a exploração que caracterizaram a colonização portuguesa. No entanto, o texto de Lélia Gonzalez não está focado nessa ideia específica de benevolência do colonizador, mas sim na crítica à negação do racismo e na desconstrução do mito de que o Brasil seria uma sociedade sem preconceitos raciais.

(B) Incorreta. Essa teoria sugere que o colonialismo europeu foi responsável por subdesenvolver as regiões colonizadas, estruturando suas economias de forma a mantê-las dependentes e exploradas, mesmo após a independência. As colônias foram orientadas para a exportação de matérias-primas, e suas economias foram deliberadamente limitadas para evitar o desenvolvimento autônomo. Embora a teoria do colonialismo subdesenvolvedor seja uma crítica poderosa das relações econômicas e políticas impostas pelo colonialismo, ela se concentra mais nas dinâmicas econômicas do que nas questões de identidade e relações sociais abordadas no texto de Gonzalez. O foco de Gonzalez é sobre o mito da democracia racial e a negação do racismo no Brasil, não sobre as consequências econômicas diretas do colonialismo.

(C) Incorreta. Esse mito foi utilizado pelos colonizadores para justificar a exploração dos indígenas e a importação de escravos africanos, sob o argumento de que os povos nativos eram "preguiçosos" e não queriam trabalhar, necessitando, portanto, de uma mão de obra "mais eficiente". Embora o mito do nativo preguiçoso tenha desempenhado um papel na justificativa da exploração colonial, ele não é o foco do texto de Gonzalez. O texto discute a negação do racismo e o impacto disso na cidadania dos negros no Brasil contemporâneo, o que não se relaciona diretamente com esse mito colonial específico.

(D) Correta. O mito da democracia racial é a crença de que o Brasil, ao contrário de outros países, especialmente os Estados Unidos, não teria conflitos raciais significativos e que as diferentes raças convivem em harmonia. Esse mito sugere que o racismo não é um problema sério no Brasil e que as desigualdades raciais não são sistêmicas. O texto de Lélia Gonzalez critica exatamente essa ideia, afirmando que o racismo está presente de forma profunda e estrutural na sociedade brasileira, apesar de ser frequentemente negado. Gonzalez argumenta que a cidadania dos negros no Brasil é dilacerada justamente por essa negação do racismo, que perpetua as desigualdades raciais e impede o avanço da igualdade racial. Portanto, a crítica de Gonzalez refere-se diretamente ao mito da democracia racial, tornando essa a alternativa correta.

(E) Incorreta. Termo popularizado por Nelson Rodrigues, refere-se a um sentimento de inferioridade nacional, o qual os brasileiros se comparam desfavoravelmente com outros países, especialmente os mais desenvolvidos, acreditando que o Brasil é inerentemente inferior. Embora o complexo de vira-latas se refira a

uma autopercepção negativa do Brasil em relação ao exterior, ele não aborda as questões de raça e identidade discutidas por Gonzalez.

Gabarito: Letra D

27. INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GÁS NATURAL: padrão de concorrência e predomínio da Petrobras

A estrutura consolidada da Petrobras permite que a empresa compre o gás natural produzido em território nacional e todo gás natural importado antes de o gás ser devidamente distribuído ao mercado nacional. A Petrobras compra quase toda a produção nacional (dos demais produtores nacionais) e praticamente 100% do gás natural importado, tanto via gasoduto quanto no estado líquido (GNL).

GOLMIA, F. Indústria brasileira de gás natural: padrão de concorrência e predomínio da Petrobras. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2020. f. 111. Adaptado.

Com base no texto, é permitido concluir que a produção nacional de gás natural da Petrobras caracteriza um

- A) dumping
- B) oligopsônio
- C) cartel
- D) truste
- E) monopolsônio

Comentários:

O cenário descreve a Petrobras como compradora dominante do mercado, caracterizando o monopolsônio (alternativa E).

Note que o fato de haver outros compradores não é suficiente para caracterizar um oligopsônio (letra B):

“o monopolsônio (em que um único comprador determina toda a demanda e exerce grande influência sobre os preços) e o oligopsônio (no qual um pequeno grupo de compradores controla o mercado e influi decisivamente sobre os preços).” (SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI. Portuguese Edition. Record. Edição do Kindle. pp. 1200-1201).

Portanto, embora a questão indique haver outros compradores, ela é enfática o bastante em definir que existe predomínio da Petrobras.

Por fim, o monopólio não precisa ter um único comprador. Esse seria o caso do monopólio PURO, um tipo específico dessa estrutura de mercado.

Dumping (letra A) é uma prática anticoncorrencial que consiste na prática de preços artificialmente baixos com o objetivo de eliminar os concorrentes.

Cartel (letra C) é uma estrutura onde há coordenação entre as empresas dominantes, normalmente oligopolistas, o que não é o caso.

Truste (letra D), por fim, é um conceito amplo que inclui os cartéis, o dumping e outras práticas anticoncorrenciais.

Gabarito: Letra E

28. A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. [...]

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 23-24. Adaptado.

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas transnacionais, aprofundando, assim, a desigualdade planetária. No bojo das transformações do mundo do trabalho, tais mudanças em escala global provocaram a(o)

- A) expansão do emprego formal e o fortalecimento dos sindicatos
- B) precarização do trabalho e o enfraquecimento do ativismo sindical
- C) elevação dos níveis salariais e a estabilidade do mercado de trabalho
- D) fortalecimento do papel do estado-nação e a redução da pobreza
- E) crescimento dos níveis de desemprego e a expansão da proteção social

Comentários:

A globalização, enquanto processo complexo e multifacetado, proporcionou o contexto para uma série de transformações no mundo do trabalho. Essas transformações não ocorreram simplesmente devido à globalização em si, mas como resultado de uma combinação de fatores, incluindo a reestruturação produtiva, o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a automação e, sobretudo, o avanço do neoliberalismo. Esses elementos, juntos, permitiram uma flexibilização dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora. Ricardo Antunes, em sua sociologia do trabalho, destaca como essas mudanças resultaram em novas formas de exploração e intensificação do trabalho, afetando profundamente as relações laborais e a organização da classe trabalhadora.

Análise das Alternativas

(A) Incorreta. No contexto da reestruturação produtiva e da ascensão do neoliberalismo, o que se observou foi justamente o contrário do que esta alternativa sugere. A flexibilização dos mercados de trabalho, promovida pelas políticas neoliberais, levou à proliferação do trabalho informal e à erosão das formas tradicionais de emprego formal. Além disso, o poder dos sindicatos foi significativamente enfraquecido, tanto pela fragmentação da classe trabalhadora quanto pela transferência de produção para países com legislações trabalhistas mais brandas. Assim, esta alternativa está incorreta.

(B) Esta é a alternativa correta, pois reflete a realidade descrita por Ricardo Antunes e outros teóricos da sociologia do trabalho. A reestruturação produtiva, facilitada pela globalização e impulsionada pelas TICs e automação, contribuiu para a precarização das relações de trabalho. A flexibilização imposta pelo neoliberalismo fragmentou a classe trabalhadora, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo o ativismo sindical. O resultado foi um ambiente de trabalho mais inseguro, com menos garantias e maior instabilidade para os trabalhadores.

(C) Incorreta. Embora a globalização e as mudanças tecnológicas tenham gerado aumentos salariais em algumas economias emergentes, isso não representa a tendência global, especialmente no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Na maioria dos casos, o que se viu foi uma pressão por redução de custos que levou à estagnação ou declínio salarial e à maior instabilidade do mercado de trabalho. Portanto, esta alternativa não reflete adequadamente as transformações ocorridas.

(D) Incorreta. A globalização, em conjunto com as políticas neoliberais, tende a enfraquecer o papel do Estado-nação na regulação econômica e social, promovendo a desregulamentação e a privatização. Embora a pobreza tenha diminuído em algumas regiões, principalmente devido ao crescimento econômico em países como China e Índia, essa redução ocorreu paralelamente a um aumento significativo da desigualdade. Além disso, o enfraquecimento do papel do Estado tem comprometido a capacidade de implementar políticas redistributivas eficazes, o que torna esta alternativa incorreta.

(E) Incorreta. O crescimento dos níveis de desemprego é uma realidade em muitos contextos devido à automação e à deslocalização de empregos. No entanto, a expansão da proteção social não é uma característica dominante do contexto neoliberal associado à globalização. Pelo contrário, muitos países, sob a influência do neoliberalismo, reduziram suas redes de proteção social em nome da austeridade e da eficiência de mercado. Assim, esta alternativa também está incorreta.

Gabarito: Letra B

29. A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992. p. 124.

Para muitos estudiosos, o fordismo foi, de fato, um aprimoramento do taylorismo, motivo pelo qual é comum referir-se a ambos como um único sistema de organização produtiva: o taylorismo-fordismo. A inovação de destaque desse sistema produtivo no primeiro quarto do século XX foi a

- A) introdução do trabalho qualificado
- B) diversificação da produção industrial
- C) produção conforme a demanda
- D) criação da linha de montagem
- E) fusão do trabalho manual e intelectual

Comentários:

Para responder a essa questão, vamos analisar o contexto histórico e teórico do fordismo e taylorismo, considerando a organização do trabalho no início do século XX.

- **Taylorismo:** Desenvolvido por Frederick Winslow Taylor, o taylorismo, também conhecido como administração científica, buscava aumentar a eficiência no trabalho através da racionalização e divisão das tarefas. Ele propunha a fragmentação do trabalho em pequenas tarefas repetitivas, com o objetivo de maximizar a produtividade e minimizar o tempo gasto em cada tarefa.

- Fordismo: Henry Ford, inspirado pelo taylorismo, aprimorou essa abordagem ao introduzir a linha de montagem em suas fábricas. A linha de montagem permitiu a produção em massa de automóveis a um custo reduzido, padronizando os processos produtivos e acelerando o ritmo de produção. O fordismo, portanto, é caracterizado pela combinação de produção em massa com consumo em massa, sustentado por salários relativamente altos que permitiam aos trabalhadores adquirir os produtos que fabricavam.

Análise das Alternativas

(A) O fordismo e o taylorismo, na verdade, reduziram a necessidade de trabalho qualificado ao fragmentar o trabalho em tarefas simples e repetitivas. A ênfase estava em trabalhadores realizando tarefas específicas e altamente especializadas que não exigiam alta qualificação. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(B) O fordismo é conhecido pela padronização, e não pela diversificação da produção. O foco estava em produzir grandes quantidades de um mesmo produto (como o Modelo T da Ford) de maneira eficiente e em larga escala. A diversificação da produção se tornaria mais relevante em períodos posteriores, como no modelo de produção flexível do pós-fordismo. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(C) O fordismo é caracterizado pela produção em massa, independente de uma demanda imediata, com a ideia de criar demanda através da oferta de produtos a preços acessíveis. O conceito de produção conforme a demanda é mais associado ao modelo "just in time", que surgiu no contexto do pós-fordismo, particularmente com o toyotismo. Portanto, esta alternativa também está incorreta.

(D) Esta é a alternativa correta. A inovação central do fordismo foi a introdução da linha de montagem, que permitiu a produção em massa de produtos padronizados de forma rápida e eficiente. A linha de montagem revolucionou a indústria ao reduzir drasticamente o tempo necessário para fabricar um produto e ao aumentar a produtividade. Aqui está a associação entre os estudos de Taylor e a ação de Henry Ford.

(E) O fordismo e o taylorismo, ao contrário, separam rigorosamente o trabalho manual do trabalho intelectual. A gestão (intelectual) e a execução (manual) eram vistas como atividades distintas, com a gestão responsável por planejar e os trabalhadores por executar. A fusão de trabalho manual e intelectual é mais característica de modelos de produção pós-fordistas e com ressalvas, como o toyotismo. Portanto, esta alternativa está incorreta.

Gabarito: Letra D

30. A precarização do trabalho suscita uma nova questão social, cujo núcleo seria a existência de inúteis para o mundo e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã, que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 593.

Adaptado.

A sociedade vem atravessando uma verdadeira metamorfose da questão social, caracterizada pelas mudanças da sociedade salarial entendida como um binômio trabalho-proteção social instituído no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa precarização é marcada pela

- A) marginalização social e econômica do trabalhador urbano industrial frente ao trabalhador rural.
- B) solidificação do aparato do bem-estar social com inserção dos jovens no mercado de trabalho.
- C) integração social e econômica do trabalhador com fortalecimento do amparo dos mais vulneráveis.
- D) vulnerabilização de pessoas e grupos de trabalhadores que vivem o risco da exclusão social.
- E) regulação do trabalho assalariado em condição sólida, associada a garantias e direitos.

Comentários:

Robert Castel analisa a transformação das sociedades ocidentais, especialmente no que diz respeito à "sociedade salarial", que se estabeleceu no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Essa sociedade foi caracterizada pela estabilidade do emprego e por um forte sistema de proteção social, que garantiu direitos e segurança para a classe trabalhadora. No entanto, nas últimas décadas, essas condições vêm se deteriorando, resultando em uma crescente precarização do trabalho. Essa precarização inclui a perda de direitos, a insegurança no emprego e o aumento da vulnerabilidade para grandes segmentos da população, levando a uma "nova questão social" em que a exclusão e a incerteza se tornam centrais.

Análise das Alternativas

(A) Embora a marginalização social e econômica seja um problema, a questão descrita por Castel não se refere à marginalização específica do trabalhador urbano industrial em comparação com o trabalhador rural. Castel foca na precarização que afeta todos os trabalhadores, independentemente de serem urbanos ou rurais, devido à deterioração das condições de trabalho e da proteção social. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(B) A alternativa sugere um fortalecimento do sistema de bem-estar social, o que não está alinhado com a análise de Castel sobre a precarização. Na verdade, Castel argumenta que o sistema de proteção social está sendo desmantelado, levando a uma maior vulnerabilidade, especialmente para os jovens que entram no mercado de trabalho em condições muito mais precárias do que as gerações anteriores. Portanto, esta alternativa está incorreta.

(C) Esta alternativa contradiz a descrição de Castel, que afirma que a precarização do trabalho está enfraquecendo a integração social e econômica, e não a fortalecendo. Ao contrário, ele destaca o aumento da vulnerabilidade e da exclusão social devido à perda de segurança no emprego e de proteção social. Portanto, esta alternativa também está incorreta.

(D) Esta é a alternativa correta. Castel aponta que a precarização do trabalho resulta na vulnerabilização de trabalhadores que vivem em condições de crescente incerteza e instabilidade. Esses trabalhadores enfrentam o risco de exclusão social devido à falta de segurança no emprego e à erosão das redes de proteção social que tradicionalmente ofereciam suporte em tempos de dificuldade. Este cenário é central para a "nova questão social" que Castel discute.

(E) A regulação do trabalho assalariado com garantias e direitos sólidos foi característica da sociedade salarial do pós-guerra, mas Castel argumenta que essa condição está em declínio. A precarização do trabalho caracteriza-se justamente pela desregulamentação e pela perda de garantias e direitos trabalhistas, tornando esta alternativa incorreta.

Gabarito: Letra D

EIXO TEMÁTICO 4 - SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

31. A epidemiologia, ciência que estuda a distribuição das doenças ou condições relacionadas à saúde em populações especificadas e dos seus determinantes, pode ter os seus estudos classificados de acordo com o seu delineamento.

O seguinte desenho exprime um estudo ecológico:

- A)** investigação da etiologia de doenças ou de condições relacionadas à saúde, em um determinado grupo populacional (expostos e não expostos) a uma determinada condição.
- B)** verificação da possibilidade de a exposição e a condição de saúde do participante serem determinadas simultaneamente.
- C)** exame de como a incidência (casos novos) ou a prevalência (casos existentes) de uma doença, ou condição relacionada à saúde, varia de acordo com determinadas características, como sexo, idade, escolaridade e renda, entre outras.
- D)** acompanhamento de dois grupos populacionais, identificados como expostos e não expostos, a um determinado fator de interesse, sendo, posteriormente, esses dois grupos avaliados com base na incidência da doença/condição relacionada à saúde.

- E) comparação para verificar a possível existência de associação entre a ocorrência da doença/condição relacionada à saúde e a exposição de interesse entre agregados de indivíduos (populações de países, regiões ou municípios, por exemplo).

Comentários:

Os estudos ecológicos (também chamados correlacionados) usam dados sobre populações inteiras ou grupos de pessoas para comparar as frequências da doença ou outro efeito entre diferentes grupos durante um mesmo período de tempo ou na mesma população em diferentes pontos do tempo.

A questão misturou alternativas que remeteram a estudo de coorte, caso-controle e etc. Apesar desses problemas, os estudos ecológicos têm sido úteis para descrever diferenças em populações e para planejar ações em saúde pública.

Gabarito: Letra E

32. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é uma morbidade relacionada à exposição direta ou indireta a eventos traumáticos como morte, lesões ou traumas graves. No âmbito ocupacional, destaca-se a natureza das tarefas, em especial aquelas desenvolvidas por profissionais de emergências, como socorristas em ambulâncias que prestam atendimento pré-hospitalar, policiais que combatem o crime, e bombeiros que realizam atividades de busca e resgate. São características clínicas e/ou dimensões do TEPT as apresentadas a seguir:

- A) duração de 3 semanas; humor deprimido
- B) esQUIVA; alterações negativas da cognição
- C) vulnerabilidade igual em todas as categorias sociais; revivescência
- D) controle sobre o desenvolvimento das tarefas; labilidade de humor
- E) modelo demanda-controle com alta demanda de trabalho; redução da excitabilidade

Comentários:

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) constitui uma resposta retardada ou protraída a uma situação ou evento estressante (de curta ou longa duração), de natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica, e que provocaria sintomas evidentes de perturbação na maioria dos indivíduos.

Os sintomas típicos incluem a revivescência repetida do evento traumático sob a forma de lembranças invasivas ("*flashbacks*"), de sonhos ou de pesadelos; ocorrem num contexto durável de "anestesia psíquica" e de embotamento emocional, de retraimento com relação aos outros, insensibilidade ao ambiente, esquiva, anedonia, e de evitação de atividades ou de situações que possam despertar a lembrança do traumatismo.

Gabarito: Letra B

33. O National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH) define como espaço confinado “todo o espaço com passagens limitadas de entrada e saída, com ventilação natural deficiente, que contém ou produz contaminantes perigosos do ar e que não é destinado a ocupação humana contínua”. Pela Norma Regulamentadora (NR) nº 33, considera-se atmosfera perigosa aquela em que exista

- A) deficiência na ventilação e enriquecimento de oxigênio
- B) deficiência na iluminação do ambiente
- C) presença de risco de afogamento e aprisionamento
- D) ausência de equipamentos de proteção individual
- E) ausência de sinalização de segurança do espaço confinado

Comentários:

A questão cobra do item 33.2.2.1 da NR 33:

33.2.2.1 Considera-se atmosfera perigosa aquela em que estejam presentes uma das seguintes condições: a) deficiência ou enriquecimento de oxigênio; b) presença de contaminantes com potencial de causar danos à saúde do trabalhador; ou c) seja caracterizada como uma atmosfera explosiva.

Apesar de a banca não ter usado a literalidade do dispositivo, o termo “deficiência na ventilação” indica a deficiência de oxigênio, pelo que o gabarito é a letra A. Apesar de a banca não ter adotado a literalidade da Norma, não vejo incorreção na definição.

Gabarito: Letra A

34. O papel desempenhado pela perícia oficial em saúde tem relevada importância social. Ela atua no sentido de assegurar os direitos do trabalhador quanto às suas necessidades de afastamento do trabalho, por motivo de doença e outros especificados em lei, sem prejuízo em sua remuneração e em seus benefícios. Diante dessa constatação, a perícia oficial de saúde é definida como o

- A) ato sanitário que promove o afastamento, ou não, do trabalhador, a partir de avaliação realizada, de forma presencial, pelo médico ou cirurgião-dentista com formação específica no campo pericial.
- B) ato sanitário que realiza a avaliação da situação laboral do trabalhador e promove o seu afastamento, temporário ou definitivo (aposentadoria), ou sua readaptação, ou reabilitação.
- C) ato administrativo que define prioritariamente, a partir de avaliação documental, a situação do trabalhador em relação a sua atividade laboral, o seu afastamento temporário ou definitivo (aposentadoria) ou sua readaptação, ou reabilitação.
- D) ato administrativo que define prioritariamente, a partir de avaliação técnica, de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença do periciado por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.
- E) ato previdenciário, realizado por médico ou cirurgião-dentista, com a finalidade de avaliar a saúde e a situação laboral do trabalhador quanto ao seu afastamento temporário ou definitivo (aposentadoria) ou sua readaptação, ou reabilitação.

Comentários:

O gabarito preliminar apontado pela banca foi letra D. Entretanto, é uma questão que cabe recurso.

Como fundamentação para o recurso, temos o seguinte:

A questão apresentada solicita a definição do termo “perícia oficial de saúde”.

Inicialmente, há que se diferenciar o termo **perícia oficial em saúde**, aplicável aos servidores públicos federais vinculados ao regime administrativo da **Lei n.º 8.112/91**, do termo **perícia médica federal**, aplicável ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS (Leis 8.212/99 e 8.213/99) para fins de concessão de benefícios previdenciários, em que a carreira de perito é exclusiva de médico, não podendo ser desempenhada por cirurgião-dentista. Logo, a questão trata do primeiro caso.

Nesse sentido, a Lei 8.112/90 e o Decreto 7003/2009:

Art. 203. A licença de que trata o art. 202 desta Lei será concedida com base em perícia oficial.

[...]

§ 5º A perícia oficial para concessão da licença de que trata o caput deste artigo, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos nesta Lei, será efetuada por cirurgiões-dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia.

DECRETO Nº 7.003, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2009.

Regulamenta a licença para tratamento de saúde, de que tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

O “Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal”, 3ª Ed., 2017, disponível no sítio eletrônico oficial Gov.br, define que o termo Perícia Oficial em Saúde “é o ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, **realizada na presença do periciado** por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado”.

A definição utilizada pela banca – constante no referido documento, e considerada como gabarito –, entretanto, encontra-se desatualizada, uma vez que o Decreto 11.255/2022 alterou o Decreto n.º 7.003/2009, estabelecendo possibilidades de realização do ato pericial sem a necessidade da presença do presenciado, nos seguintes termos:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da administração federal direta, autárquica e fundacional, e os casos em que poderá ser dispensada a perícia oficial.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - perícia oficial: avaliação técnica realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado, destinada a fundamentar as decisões da administração quanto ao disposto neste Decreto;

II - avaliação por junta oficial: perícia oficial realizada por, no mínimo, dois médicos ou dois cirurgiões-dentistas; e

III - perícia oficial singular: perícia oficial realizada por apenas um médico ou um cirurgião-dentista.

§ 1º A perícia oficial de que trata o inciso I do caput poderá ser realizada nas seguintes modalidades:

I - avaliação presencial;

II - avaliação por meio de telessaúde, quando expressamente autorizada pelo servidor; ou

III - análise documental.

§ 2º Ato do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec estabelecerá as hipóteses em que será permitida a perícia por meio de telessaúde ou por análise documental.

Assim, após a publicação do Decreto 11.255/2022, o gabarito encontra-se em desacordo com a atual regulamentação, uma vez que o ato pericial não mais precisa ser realizado **“na presença do periciado”**, como trazido no gabarito preliminar, pois, atualmente, a perícia pode ser realizada em três modalidades conforme o § 1º do Art. 1º do Decreto 7.003/2009, tais sejam: (a) presencial, (b) telessaúde e (c) análise documental. Desse modo, a definição do Manual, anterior ao Decreto em apreço, não mais se aplica, pois vincula o ato administrativo à necessidade da presença do periciado, o que não mais ocorre.

Logo, devemos aguardar o gabarito definitivo pela ANULAÇÃO da questão.

Gabarito preliminar: Letra D

35. Levando-se em consideração as exigências do mundo moderno, em que as empresas buscam uma produtividade cada vez maior para atender demandas do mercado, qual área da ergonomia visa a um equilíbrio entre as exigências do trabalho aos limites e capacidades do homem?

- A) Psicossocial
- B) Organizacional
- C) Laborativa
- D) Cognitiva
- E) Física

Comentários:

Essa questão é a mais problemática, pois a pergunta **“qual área da ergonomia visa a um equilíbrio entre as exigências do trabalho aos limites e capacidades do homem?”**, ao não especificar o tipo de risco ergonômico – se realização de esforços repetitivos ou exigência elevada de carga cognitiva –, abre a possibilidade de marcação de mais de uma alternativa.

Apesar de o gabarito preliminar ter sido dado como letra E, é uma questão que cabe recurso, com base na seguinte fundamentação:

A questão exige que o candidato aponte a “**área da ergonomia**” (classificação quanto a área de atuação) que visa o equilíbrio entre as “**exigências do trabalho**” aos limites e capacidades do homem. Entretanto, não especifica quais seriam tais exigências, impossibilitando que o candidato aponte uma classificação precisa.

De acordo com Falzon (2007), a ergonomia, em função da área de atuação, pode ser classificada da seguinte forma:

Ergonomia física: trata das características anatômicas, antropométricas, fisiológicas e biomecânicas do homem em sua relação com a atividade física. Os temas centrais de estudo dessa área de especialização são: posturas de trabalho, manipulação de objetos, movimentos repetitivos, problemas osteomusculares, arranjo físico dos postos de trabalho, entre outros.

Ergonomia cognitiva: trata dos processos mentais, tais como percepção, memória, raciocínio e respostas motoras, com relação entre as pessoas e outros componentes de um sistema. Os temas centrais de estudo dessa área de especialização são: carga mental, processos de decisão, desempenho especializado, interação homem-máquina, confiabilidade humana, estresse profissional e a formação na sua relação com a concepção pessoa-sistema e a complexidade da tarefa.

Ergonomia organizacional: trata da otimização dos sistemas sociotécnicos, incluindo sua estrutura organizacional, regras e processos. Diz respeito ao modo como o conceito é aplicado. Os temas centrais de estudo dessa área de especialização são: gestão dos coletivos, concepção do trabalho, concepção dos horários de trabalho, trabalho em equipe, concepção participativa, ergonomia comunitária, trabalho cooperativo, novas formas de trabalho, cultura organizacional, organizações virtuais, teletrabalho (*home-office*) e gestão pela qualidade.

Considerando que as “exigências do mundo moderno”, como colocado no enunciado, podem implicar exigências físicas, cognitivas ou organizacionais, não há como o candidato precisar a classificação com clareza.

Caso tais **exigências** sejam **físicas** (caminhadas por longas distâncias, transportar e levantar cargas, realizar movimentos repetitivos), o gabarito será a **Letra E** (Ergonomia Física), caso sejam **cognitivas** (carga mental excessiva, complexidade excessiva da tarefa, exigência de raciocínio rápido etc.), o gabarito será **Letra D**.

Nesse sentido, na falta de especificação do termo “**exigências do trabalho**” pelo avaliador, não há como o candidato identificar a classificação correta. Logo, devemos aguardar o gabarito definitivo pela ANULAÇÃO da questão.

Gabarito: Letra E

36. Todo processo de intoxicação envolve algumas fases. O conhecimento delas é importante para compreender como funciona o agente tóxico em contato com o organismo humano.

No que diz respeito a esse tema, verifica-se que a fase da

- A) exposição marca o movimento dos agentes tóxicos dentro de um organismo.
- B) toxicocinética representa o quanto de um agente tóxico chega ao órgão alvo.
- C) tóxico-concentração avalia a concentração de um agente tóxico que atinge um indivíduo.
- D) toxicodinâmica afere a ação dos agentes tóxicos dentro de um organismo.
- E) clínica corresponde aos efeitos da dinâmica da distribuição de um agente tóxico em um órgão alvo.

Comentários:

Veja as fases, para entender todos os trocadilhos que a banca tentou fazer:

- Toxicocinética: Refere-se ao movimento dos agentes tóxicos dentro do organismo, incluindo absorção, distribuição, metabolismo e excreção. Portanto, a fase que marca o movimento dos agentes tóxicos dentro do organismo seria a toxicocinética.
- Toxicodinâmica: Envolve a ação dos agentes tóxicos no organismo, ou seja, como eles afetam as células e os tecidos e quais são os efeitos produzidos.
- Fase de exposição: Refere-se ao contato inicial entre o organismo e o agente tóxico, não diretamente ao movimento dentro do organismo.
- Toxicologia clínica: É a fase em que há evidências de sinais e sintomas, ou ainda, alterações patológicas detectadas mediante provas diagnósticas, caracterizando os efeitos nocivos provocados pela interação do toxicante com o organismo.

Gabarito: Letra D

37. (CESGRANRIO/CNU-BLOCO 4/2024) A multicausalidade das doenças relacionadas ao trabalho pode ser um fator de dificuldade para estabelecer a relação dessas doenças com a exposição ocupacional. O câncer é um desses agravos, com múltiplos componentes relacionados com o seu surgimento. Dessa forma, a seguinte atividade profissional apresenta uma associação definida com um determinado tipo de câncer:

- A) trabalhadores da indústria naval com mesotelioma.
- B) trabalhador de unidade de terapia intensiva com câncer de próstata.
- C) trabalhador de postos de combustíveis com câncer hematológico.
- D) trabalhador de escritório de administração e câncer de estômago.
- E) trabalhadores de frigoríficos com mesotelioma.

Comentários:

O enunciado da questão exige que o candidato aponte uma doença ocupacional associada a seu reconhecido agente etiológico, bem como a associação entre o agente etiológico e a atividade desenvolvida (ambiente que contém o risco).

O Decreto n.º 3048/99, que estabelece o Regulamento da Previdência Social - RPS, reconhece, legalmente, em sua Lista A, um extenso rol de "Agentes ou Fatores de Risco de Natureza Ocupacional Relacionados com a Etiologia de Doenças Profissionais e de outras Doenças Relacionadas ao Trabalho".

Do exposto nas alternativas, há o reconhecimento de nexos entre duas doenças e seus agentes etiológicos no referido Anexo do Decreto:

- Leucemias (espécie de câncer hematológico), que têm como agente etiológico expressamente reconhecimento o "benzeno e seus homólogos tóxicos"; e

- Mesotelioma, que tem como agente etiológico expressamente reconhecido o asbesto ou amianto.

Em seu Anexo II, o referido Decreto traz um Quadro contendo os "agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho, conforme previsto no Art. 20 da Lei 8.213, de 1991". Através deste, a legislação reconhece os seguintes trabalhos que contêm o risco (asbesto ou amianto):

- Extração de rochas amiantíferas, furação, corte, desmonte, trituração, peneiramento e manipulação;
- Despejos do material proveniente da extração, trituração;
- Mistura, cardagem, fiação e tecelagem de amianto;

Fabricação de guarnições para freios, materiais isolantes e produtos de fibrocimento; e

- Qualquer colocação ou demolição de produtos de amianto que produza partículas atmosféricas de amianto.

Assim, a legislação não reconhece qualquer relação entre o trabalho na indústria naval com a exposição ao asbesto ou amianto. As atividades elencadas pela legislação que são correlacionadas à exposição ao amianto estão predominantemente relacionadas à extração (mineração) de rochas amiantíferas ou ao seu beneficiamento. Nesse sentido, não há qualquer relação direta de exposição do trabalho na indústria naval com a exposição ao asbesto.

Em contrapartida, os trabalhadores que laboram em postos de combustíveis estão reconhecidamente expostos ao agente etiológico benzeno e seus homólogos tóxicos. Reconhecendo essa evidente exposição, a Portaria n.º 427, de 07 de outubro de 2021, aprovou a inclusão do Anexo IV da NR 20, intitulado “Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos de Serviços Revendedores de Combustíveis Automotivos”.

Reconhecendo a exposição ocupacional desses trabalhadores ao agente etiológico, o Anexo inserido tem como objetivo estabelecer os requisitos de segurança e saúde no trabalho para as atividades com exposição ocupacional ao benzeno em Postos de Serviços Revendedores de Combustíveis Automotivos - PRC contendo essa substância.

É sabido que os combustíveis fósseis, a exemplo da gasolina, têm benzeno em sua composição, o que pode ser verificado facilmente, por exemplo, consultando-se uma FDS ou FISPQ da gasolina distribuída pela Petrobras.

Assim, visto que não existe correlação direta entre as atividades na indústria naval e a exposição ao amianto, nem no Decreto 3.048/99 nem nas NRs do Ministério do Trabalho e Emprego, e demonstrado o reconhecimento legal da exposição dos trabalhadores de postos de combustíveis ao benzeno – agente etiológico legalmente reconhecido para cânceres do sistema hematológico, a exemplo da leucemia –, o gabarito é letra C.

Gabarito: C

38. O trabalho do profissional de saúde nas unidades, em particular nos hospitais, está submetido a um risco biológico aumentado por acidentes do trabalho, causados por material perfurocortante.

O modelo de abordagem e intervenção (baseado na mudança de comportamento das pessoas em direção à promoção da saúde) que leva os trabalhadores a utilizarem formas mais seguras de trabalho é o seguinte:

- A) de King
- B) de Bandura
- C) de Pender
- D) de Green & Kreuter
- E) da Teoria Social Ecológica

Comentários:

Além de a questão não trazer uma referência sólida a se pesquisar na conferência, ela abre brecha para pedir anulação, conforme abaixo:

Ainda que os modelos das alternativas se relacionem, de alguma forma, com o tema da promoção da saúde, cabe a comparação entre dois pontos:

Modelo de Bandura: alternativa B - Segundo o artigo “A evolução da teoria social cognitiva” do próprio autor Albert Bandura, a teoria social cognitiva (tema deste autor) explica que a modelação oferece orientações informativas sobre como devem haver mudanças pessoais, organizacionais e sociais. Dessa forma, sob o ponto de vista da biossegurança, a partir de modelos de boas práticas, é possível que haja correção das ações individuais e grupais de uma equipe de saúde, por exemplo, em prol da prevenção de acidentes.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5002687/mod_resource/content/1/Cap_01_Bandura_Teoria_Social_Cognitiva.pdf

Modelo de Pender: trabalha diversos fatores pessoais, associados a sentimentos e conhecimentos sobre o comportamento que se quer alcançar, sendo também aplicáveis à mudança em prol da prevenção.

Dessa forma, nota-se que ambos os modelos possuem aplicabilidade possível no tema e, por isso, o gabarito deveria ser anulado por inconformidade.

<https://www.scielo.br/j/ape/a/JSdnpDhFQzg7gmWzzB9Dhzz/>

Gabarito preliminar: Letra C

39. A sobrecarga do trabalho é uma das dimensões mais importantes para avaliar estresse ocupacional. A respeito dessa avaliação, o que representa uma resposta de um trabalhador a essa sobrecarga?

- A) Ter dificuldade em manter o equilíbrio entre o trabalho e outras atividades pessoais.
- B) Relatar que recebe informação ou sugestão das pessoas que trabalham junto com o trabalhador.
- C) Preocupar-se com as diferentes expectativas das pessoas com o seu trabalho.
- D) Perceber que muitos colegas de trabalho estão cansados devido às exigências da empresa.
- E) Não conseguir atender as diversas exigências dos colegas de trabalho da empresa.

Comentários:

Apesar de o gabarito preliminar ter sido apontado como letra D, não faz nenhum sentido, e cabe recurso com a seguinte fundamentação:

A questão exige que o candidato aponte uma resposta, ou seja, uma consequência experimentada por um trabalhador submetido a uma condição de estresse ocupacional por sobrecarga de trabalho.

Define como gabarito preliminar a **letra D**, apontando que uma resposta do trabalhador seria a sua “percepção de que muitos colegas de trabalho estão cansados devido às exigências da empresa”, o que não pode ser considerado como correto.

Não necessariamente a reação (resposta) de um trabalhador submetido a uma condição de estresse ocupacional por sobrecarga de trabalho será a de “perceber que os demais colegas também estão cansados devido às exigências da empresa”, até porque, em muitos casos, um único trabalhador é sobrecarregado (até por perseguição da chefia, configurando situação de assédio moral) enquanto os demais colegas não são submetidos à condição de sobrecarga.

Logo, a alegada percepção trazida pela letra D não pode ser considerada como uma resposta ao estresse ocupacional. Corrobora esse entendimento o exposto por Marques e Abreu (2009) *apud* Silva (2019), no sentido de que a avaliação de uma situação como sendo estressante perpassa pela subjetividade, ou seja, cada indivíduo interpreta/avalia o ambiente de trabalho subjetivamente, a partir de suas experiências pessoais. Assim, a resposta trazida pelo gabarito preliminar: “perceber que muitos colegas de trabalho estão cansados devido às exigências da empresa”, apenas valida a percepção de sobrecarga vivenciada pelo trabalhador, mas não configura uma resposta à sobrecarga de trabalho em si.

Rocha e Glima (2002), por sua vez, argumentam que, para a **abordagem do estresse ocupacional**, são consideradas as **vertentes biológica, psicológica e sociológica**, que, apesar de distintas, são complementares e estão interligadas. Na biológica, o estresse é caracterizado, essencialmente, pelo grau de desgaste do corpo. **Os processos afetivos, emocionais e intelectuais do indivíduo correspondem à abordagem psicológica, ou seja, é a maneira pela qual este se relaciona com as outras pessoas e com o mundo ao seu redor. Em adição, a sociológica refere-se à compreensão das variáveis que se estabelecem no contexto da sociedade.** O diagnóstico dos sinais e sintomas do estresse ocupacional é essencialmente clínico, baseado no rastreamento individual e do risco nas situações de trabalho.

A reação trazida na letra D não se enquadra em nenhuma das vertentes defendidas pela literatura técnica.

Por sua vez, a Letra A traz uma evidente resposta ao estresse ocupacional que pode ser enquadrada nas vertentes biológica, psicológica e sociológica, pelos seguintes motivos, entre outros:

- a) O estresse constante pode levar à exaustão, tornando difícil encontrar energia para atividades pessoais após um dia de trabalho. Isso pode resultar em menos tempo para hobbies, exercícios e socialização;
- b) O uso da tecnologia para o desenvolvimento do trabalho pode impedir que as pessoas se “desliguem” do trabalho, o que pode invadir o tempo pessoal e de descanso;
- c) o estresse pode causar problemas de saúde, como insônia, dores de cabeça e problemas digestivos, que podem afetar a capacidade de aproveitar o tempo livre.

Pelo exposto, a única resposta ao estresse ocupacional por sobrecarga de trabalho possível, das trazidas nas alternativas, é “ter dificuldade em manter o equilíbrio entre o trabalho e outras atividades pessoais”, pelo que o gabarito definitivo esperado é letra A.

Gabarito preliminar: Letra D

40. Assédio moral no trabalho é caracterizado por comportamentos hostis, repetitivos e prolongados no ambiente profissional. Embora o problema venha sendo estudado há mais de quatro décadas, os aspectos de gerenciamento e prevenção ainda necessitam de maior estudo.

A respeito desse tema constata-se que

- A) situações relacionadas com gênero caracterizam assédio sexual.
- B) ações de comunicação pouco representam na redução desse problema.
- C) diferença hierárquica entre os profissionais envolvidos descarta o quadro.
- D) ocorrência de forma rotineira dificulta sua identificação e valorização.
- E) relações afetivas interpessoais entre os trabalhadores pouco interferem na caracterização do assédio.

Comentários:

O assédio moral é caracterizado principalmente pela intencionalidade e repetição (frequência) do ato. Entretanto, a ocorrência de forma rotineira (a normalização do ato) acaba por desvalorizá-lo e dificulta sua identificação, dado que as pessoas tendem a levar para o lado da “brincadeira”. Assim, o gabarito preliminar é letra D.

A depender da interpretação do avaliador, pode vir gabarito preliminar como letra A; nesse caso, caberá recurso, pois nem toda “situação” relacionada a gênero caracteriza assédio sexual. Por exemplo, a negativa de promoção de uma mulher ou a restrição a sua assunção para cargos mais elevados pode configurar assédio moral, mas essa situação não caracteriza assédio sexual.

Gabarito: Letra D

EIXO TEMÁTICO 5 - DIREITO DO TRABALHO

41. O período de férias do trabalhador empregado se caracteriza como um evento de

- A) suspensão do contrato individual de trabalho
- B) interrupção do contrato individual de trabalho
- C) suspensão e interrupção do contrato coletivo de trabalho
- D) alternância da suspensão e interrupção no contrato coletivo de trabalho
- E) concomitância da suspensão e interrupção no contrato coletivo de trabalho

Comentários:

Como o período de férias representa período de descanso remunerado, não há dúvidas de que se trata de evento de **interrupção** do contrato de trabalho:

*CF, art. 7º, XVII - gozo de férias anuais **remuneradas** com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; [grifou-se]*

Gabarito: Letra B

42. Determinado trabalhador foi contratado para exercer suas atividades em local estabelecido no seu contrato de trabalho, o que ocorreu durante dez anos. Após consulta ao sindicato da sua categoria profissional, verificou-se que não foram pagas diversas verbas previstas em acordos coletivos. O trabalhador foi demitido pelo seu empregador e pretende buscar os valores não pagos. Nos termos da Constituição Federal de 1988, é direito do trabalhador ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de

- A) cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- B) seis anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- C) sete anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- D) nove anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- E) dez anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho

Comentários:

Questão direta, que cobrou os prazos prescricionais aplicáveis ao direito do trabalho, previstos no próprio texto constitucional:

*CF, art. 7º, XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de **cinco anos** para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de **dois anos** após a extinção do contrato de trabalho; [grifou-se]*

Assim, a **letra A** está correta.

Gabarito: Letra A

43. Um indivíduo formalizou contrato de trabalho com uma sociedade empresária submetida a avença às normas da Consolidação das Leis do Trabalho. A relação de emprego durou dez anos com inúmeros elogios obtidos pelo empregado. No entanto, ao final desse período decenal, houve um desentendimento, e o empregador realizou o desligamento do empregado alegando justa causa por fatos ocorridos no início da relação contratual. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e da doutrina dominante, a justa causa que enseja o término do contrato de trabalho deve ter a característica da

- A) atualidade
- B) associação
- C) negociação
- D) perseverança
- E) imprescindibilidade

Comentários:

Questão que cobrou um dos requisitos doutrinários para aplicação da dispensa por justa causa, adiante sistematizados:

Requisitos para validade da demissão por justa causa		
Objetivos	Subjetivos	Circunstanciais
Tipicidade	Autoria	Nexo causal entre a falta e a penalidade
Gravidade da conduta	Presença de dolo ou culpa no ato faltoso	Proporcionalidade
		Imediaticidade da punição (ou atualidade)
		Ausência de discriminação
		Singularidade da punição
		Caráter pedagógico do exercício do poder disciplinar

Assim, percebemos que o fato de a infração pela qual o servidor está sendo punido ter sido **praticada há mais de 10 anos** deixa de atender ao requisito da imediaticidade, também chamado de imediatidade ou atualidade, razão pela qual o gabarito se encontra na **letra A**.

Gabarito: Letra A

44. Um estudante pretende obter trabalho sem prejudicar sua dedicação aos estudos. Ele verifica que existem várias ofertas de trabalho que podem satisfazer suas necessidades materiais sem prejudicar seu esforço educacional.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para trabalhos esporádicos, pode ser celebrado contrato com jornada

- A) avulsa
- B) coletiva
- C) específica
- D) intermitente
- E) participativa

Comentários:

Questão que se resolve por eliminação. Como o enunciado da questão pede o complemento para “jornada”, percebemos que a **letra D**, trabalho intermitente, seria a única que se amoldaria como uma “jornada”. Além disso, como o enunciado, por um lado, menciona a realização de trabalhos esporádicos e, por outro, remete à CLT, confirma-se o gabarito como sendo letra D:

Art. 443, § 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.

Gabarito: Letra D

45. Um indivíduo foi contratado para prestar serviços, em relação de emprego, com uma sociedade empresária, que efetuou o seu registro regular, inscrevendo sua Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS). O contrato foi alongado, tornando-se um contrato por tempo indeterminado. No ano de 2023, a empregadora atrasou salários e não recolheu verbas pertinentes ao FGTS.

Observado tal contexto, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá o empregado requerer rescisão

- A) baseada em necessidade material
- B) causada por abuso de direito
- C) por incompetência patronal
- D) por calamidade econômica
- E) indireta do contrato

Comentários:

Trata-se de situação em que o empregador claramente está descumprindo obrigações contratuais, tendo em vista os atrasos nos pagamentos e a ausência de recolhimento do FGTS:

CLT, art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: (..)

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

Assim, estamos diante de uma rescisão indireta do contrato de trabalho, mencionada na letra E.

Gabarito: Letra E

46. Um indivíduo foi selecionado, em processo competitivo, para admissão em emprego, e logrou aprovação. Após a assinatura do contrato, ele foi alocado em setor produtivo e, em seguida, integrou diversas áreas da empresa contratante. No final de doze meses de efetivo serviço, sem qualquer falta, passou a ter direito a férias, de acordo com as normas em vigor.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador

- A) estabelecerá, unilateralmente, a fruição das férias em períodos.
- B) determinará o início das férias na véspera de feriados.
- C) fixará o período para fruição das férias, na época do seu interesse.
- D) designará comissão paritária para definir as datas de fruição das férias.
- E) acordará o período de férias com o Ministério do Trabalho, em caso de férias coletivas.

Comentários:

A **letra A** está incorreta. Embora a época de concessão de férias possa ser imposta pelo empregador, é necessária a concordância do empregado para o fracionamento das férias em períodos:

art. 134, § 1º Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

A **letra B** está incorreta, uma vez que as férias não podem ser iniciadas em vésperas de feriados:

art. 134, § 3º É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

A **letra C** está de acordo com a regra prevista no art. 136 da CLT:

*Art. 136 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os **interesses do empregador**.*

A **letra D** está incorreta. Como visto acima, as datas de fruição das férias podem ser definidas unilateralmente pelo empregador, não requerendo a constituição de comissão.

Por fim, a **letra E** está incorreta. Mesmo nas férias coletivas, não é necessário entrar em acordo com o Ministério do Trabalho, apenas comunicar-lhe as datas de início e fim:

*art. 139, § 2º - Para os fins previstos neste artigo, o empregador **comunicará** ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.*

Gabarito: Letra C

47. Nos termos da Lei nº 7.783/1989, Lei de Greve, é(são) considerado(s) serviço(s) ou atividade(s) essencial(is)

- A) assistência médica, hospitalar e social
- B) tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica
- C) transporte de carga de animais
- D) guarda, uso e controle de substâncias psicotrópicas
- E) tratamento de gases, combustíveis e hidrogênio verde

Comentários:

Questão que cobrou os serviços/atividades considerados essenciais pela Lei de Greve, a seguir listados:

Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII - telecomunicações;

VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

X - controle de tráfego aéreo e navegação aérea;

XI compensação bancária.

XII - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social

XIII - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 XIV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

XV - atividades portuárias.

Percebemos, portanto, que o gabarito está na **letra (B)**, visto que ambos os serviços mencionados são essenciais.

Quanto à **letra A**, note que a assistência social não é atividade essencial pela Lei de Greve, diferentemente da assistência médica e hospitalar. Além disso, o inciso XII acima diz respeito especificamente a atividades do médico-perito na concessão de benefícios previdenciários ou assistenciais, e não à atividade de assistência social propriamente dita.

Por fim, as letras C, D e E trazem atividades fora dessa lista de atividades essenciais.

Gabarito: Letra B

48. Um trabalhador portuário foi designado para coordenar grupo que pretende estabelecer o acompanhamento da execução das regras existentes para proporcionar segurança e saúde dos trabalhadores dos portos, notadamente nos navios, onde ocorrem muitos acidentes.

Nos termos da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário (NR 29), os conveses devem possuir aberturas protegidas contra

- A) ataque de tubarões
- B) corrosão por química
- C) desgaste da maresia
- D) invasões de piratas
- E) queda de pessoas

Comentários:

Conforme item 29.10.1, alínea “c”, da NR 29, os conveses devem:

- a) estar sempre limpos e desobstruídos;
- b) dispor de área de circulação que permita o trânsito seguro dos trabalhadores;
- c) possuir aberturas protegidas contra queda de pessoas e objetos; e
- d) possuir piso livre do risco de escorregamento.

Gabarito: Letra E

49. Após ser contratada para emprego em prestigiada companhia multinacional, H contrai casamento e fica grávida, passando a cuidar do seu filho, recém-nascido. Depois do período de licença legal, ela requer o seu retorno ao trabalho, onde exerce funções relevantes. Como forma de conciliar a condução da vida em família com o emprego, ela postula a concessão dos benefícios previstos em lei. De acordo com a Lei nº 14.457/2022, o incentivo à inserção e à manutenção das mulheres no mercado de trabalho pode ser realizado, quando a atividade permitir, para apoio à parentalidade, por meio da flexibilização do regime de trabalho.

Nos termos dessa lei, uma das formas de flexibilização do regime de trabalho é implementar jornada de

- A) seis horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- B) oito horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- C) dez horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- D) doze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso
- E) quatorze horas trabalhadas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso

Comentários:

Questão que cobrou uma das medidas de flexibilização do regime de trabalho listadas na Lei 14.457/2022. Uma dessas medidas é o estabelecimento da **escala 12x36** para empregadas que estavam em licença-maternidade e retornam ao trabalho:

Art. 1º Fica instituído o Programa Emprega + Mulheres, destinado à inserção e à manutenção de mulheres no mercado de trabalho por meio da implementação das seguintes medidas: (..)

II - para apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho: (..)

d) jornada de 12 (doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, quando a atividade permitir;

Gabarito: Letra D

50. Um trabalhador rural foi prestar serviços em determinada localidade, sendo fornecidas moradia e alimentação por parte do empregador, além de estabelecida jornada de trabalho.

Nos termos da Lei nº 5.889/1973, só poderão ser descontadas do empregado rural, pela ocupação da moradia, parcelas, calculadas sobre o salário mínimo, até o limite de

- A) cinco por cento
- B) dez por cento
- C) quinze por cento
- D) vinte por cento
- E) vinte e cinco por cento

Comentários:

Questão que cobrou uma das diferenças entre o trabalho rural e o trabalho urbano, especificamente o percentual máximo de desconto pela ocupação de moradia:

Lei nº 5889/1973, art. 9º Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judiciária, só poderão ser descontadas do empregado rural as seguintes parcelas, calculadas sobre o salário mínimo:

*a) até o limite de **20% (vinte por cento)** pela ocupação da morada;*

Assim sendo, percebemos que o gabarito está na letra D.

Gabarito: Letra D

